



Direcção Nacional esclarece e informa:

- Antigos combatentes: pensão ou reforma? pág. 8
- Equiparação dos militares da GNR
- Cartões da ADME

Direitos e Deveres:

- Estatuto de Deficiente Militar pág. 11



Reunião do Conselho Nacional

pág. 2

Eleições para os Núcleos de:

- Braga e Guimarães pág. 10
- Leiria pág. 11



FMAC: as propostas de Portugal à 24.ª Assembleia Geral

pág. 11



ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA PROVISÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária a realizar, pelas 14,00 horas do dia 17 de Abril de 2004, no Lar Militar da Cruz Vermelha, sito na Av. Rainha D. Amélia, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto Um - Analisar e votar o Parecer do Conselho Nacional sobre a execução do orçamento de 2002 da ADFA (alínea c) do artigo 34.º);
- Ponto Dois - Discussão e votação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional, do Relatório e Contas da Direcção Nacional e análise do Parecer do Conselho Fiscal Nacional (alínea b) do artigo 34.º);
- Ponto Três - Proposta de actualização de quotas para 2005 (alínea e) do artigo 34.º);
- Ponto Quatro - Ponto da situação sobre reivindicações legislativas;
- Ponto Cinco - Informações da Direcção Nacional.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2004

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
António Santos Carreiro
(Presidente)

Nota: esta convocatória é provisória unicamente em relação ao local de realização da AGNO, sendo publicada convocatória definitiva no próximo ELO.

A ANS comemora o 31 de Janeiro



A Associação Nacional de Sargentos - ANS, como em anos anteriores, celebrou a efeméride com uma Assembleia-geral ocorrida no próprio dia 31 de Janeiro, na Voz do Operário, tendo contado com a presença de centenas de associados

dos três ramos das Forças Armadas e diversos convidados, de onde se destacam representantes do ministro da Defesa Nacional, do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, das chefias militares, de diversos grupos parlamentares e dirigentes de associações

da área, tendo a ADFA sido representada pelo presidente da Direcção Nacional.

31 de Janeiro, considerado pela ANS como Dia Nacional do Sargento, evoca a revolta ocorrida nessa data do ano de 1891, quando a classe liderou o processo de reconhecimento da República que chegou a ser proclamada nos Paços do Concelho da cidade do Porto, com a sequente repressão pelo regimen vigente e as perseguições esperadas aos responsáveis do movimento que constituiu a primeira acção visível do ideal republicano que só viria a vingar em 5 de Outubro de 1910.

Da sessão constaram intervenções dos três vice-presidentes, cada um representando um ramo das Forças Armadas, tendo todos começado por focar a necessidade de transparência e confiança na

relação da sua associação com as tutelas e destas com ela, realçando depois os sérios problemas sentidos pelos "sargentos de Portugal" quer na estrutura remuneratória quer na dificuldade de evolução das suas carreiras.

Ouidos depois alguns associados que abordaram vários temas, reforçando sempre as anteriores exposições, encerrou o período de intervenções o presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho, que de entre as questões levantadas, evidenciou a situação, também da ADFA conhecida, da demora inadmissível na renovação de cartões da ADME, muito em especial aos beneficiários sargentos na situação de reforma.

Seguiu-se um animado almoço volante com a presença de associados e convidados.

- Eleições para as direcções dos Núcleos de:

- Braga
20 de Março

- Guimarães:
20 de Março

- Leiria:
28 de Março

- Conselho Nacional:
27 de Março

- Assembleia Geral Ordinária:

17 de Abril

Reunião do Conselho Nacional

Dado que por razão do último acto eleitoral e posse dos Órgãos Sociais Nacionais e das Delegações não foi efectuada a reunião do Conselho Nacional para apreciação do orçamento e plano de actividades para o ano de 2004, o mesmo reunirá no dia 27 de Março, em duas sessões distintas, para proceder àquela apreciação e à do relatório das suas actividades e da aplicação do orçamento da ADFA no ano de 2003, conforme se encontra estatutariamente definido.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Alexandre de Gouveia Aveiro

António da Conceição Macripodares

Francisco Cardoso Madureira

Francisco Manuel Mendonça Brigido

Emídio Alves da Silva

Graciete Jorge Cabeiro

Laurentina Simões Bento

José Fonseca Gonçalves

José Luís Albano Penedo

Manuel Augusto

Maria da Encarnação Queda da Silva

Manuel Rodrigues Lopes

Octávio da Costa Mota

Preciosa da Luz Taborda

Renato David Gomes Braz

Vítor Manuel do Sacramento Valido

de Sousa

Breves

Biblioteca inclusiva

Com a presença do ministro do Trabalho e da Segurança Social, Bagão Félix, foi inaugurada no passado dia 3 de Fevereiro, a Biblioteca Inclusiva do Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento do MTSS, situada na Rua Castilho 24 r/c, a qual, por informação então recebida do próprio DEEP, já no ELO de Fevereiro dávamos como estando a funcionar desde finais de Dezembro de 2003.

Serão da Bonjóia

No passado dia 12 de Fevereiro, teve lugar, na Quinta da Bonjóia, com entrada livre, um interessantíssimo serão em que

o piloto paraplégico, António Faria e Mello, tão conhecido pelas suas aventuras que já o levaram a dar a volta ao mundo em monomotor... e também aos noticiários de tantos meios de comunicação social também um pouco por todo o mundo, falou das suas viagens e dialogou com um público profundamente atento e interessado.

"A deficiência no feminino"

Ainda reflexo do "Ano Europeu das Pessoas com Deficiência- AEPD2003", a CNAD - Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes, propõe-se realizar o I Encontro de Mulheres Deficientes, subordinado ao tema "A deficiência no feminino", sendo seus objectivos sensibi-

lizar a sociedade portuguesa, em geral, para os graves problemas das mulheres com deficiência, alertar estas para os seus direitos e promover uma consciência cívica das mesmas no contexto social português, preconizando medidas que conduzam à igualdade de oportunidades.

O encontro, que se destina fundamentalmente a mulheres com deficiência, familiares, técnicos e profissionais de saúde e de reabilitação, terá lugar no próximo dia 20 de Março, com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, no Hotel Praia Mar, em Carcavelos.



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600/21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Sérgio Azougado, José Pavoeiro, Armindo Matias DIRECTOR: José Diniz REDACÇÃO: José Manuel Sande, Isabel Marques, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado) COLABORADORES HABITUAIS: Abel Fortuna, Capela Gordo, Helena Afonso, António Carreiro, José Maia, Nuno Santa Clara. CORRESPONDENTES: Leite Domingues (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Carmona (Castelo Branco), Soles Girão (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Anquises Carvalho (Famalicão), Nicolau Rufino (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), Armando Costa (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal), João Gonçalves (Viseu) ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara. ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632. CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRÉ-IMPRESSÃO Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7.º C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: €7,00. Tiragem deste número 9000 ex.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tema Livre

O Zanolho



António Carreiro

Há cerca de trinta anos que me orgulho de pertencer à ADFA. Uma das razões deste forte sentimento radica no esforço desenvolvido em prol da mudança de mentalidades, da postura da sociedade em relação à pessoa com deficiência. Nos primeiros anos de vida, a Associação chocou, pode dizer-se, o país inteiro, ao dar visibilidade, como agora se diz, às mazelas, ao expor ao vivo a ausência de pernas, os braços a menos, as moléstias de cada um, ao mostrar que até os cegos pensam, impressionando publicamente pela valoração de que os restos de cada um ainda valiam como pessoa.

O conceito foi evoluindo e hoje já se diz, e com algum conhecimento de causa, que o deficiente não é um deficiente mas uma pessoa com deficiência. As mentalidades seguramente evoluíram e passou-se, penso, à quase aceitação do deficiente como pessoa, como cidadão de pleno direito.

Várias vezes tenho ouvido que para se operar uma mudança de mentalidades é preciso muito tempo e que tal não se

verifica sem que decorra ao menos o espaço temporal de uma geração.

Desde o nascimento da ADFA até hoje passaram trinta anos e seria de esperar que essa tal mudança se pudesse constatar de forma clara.

É verdade que a reabilitação e integração da pessoa com deficiência estão presentes no nosso quotidiano e até a comunicação social já se refere à deficiência com alguma normalidade e frequência.

Porém, aquela mudança de mentalidades, parece-me, tem ainda um longo caminho a percorrer.

Estava a pensar em escrever este artigo quando, por mero acaso, presenciei um desfile de Carnaval de uma escola. Era bonito. Carros alegóricos com crianças disfarçadas, cada qual no seu grupo, de peixes, de sapos, de varinas; coloridos, alegres, lentos porque eu estava com pressa, mas diferentes do Carnaval oco que soe ver-se. Por último, um grupo tão colorido e alegre como os outros fechava o cortejo. Mas estes eram muito mais diferentes, desconjuntados alguns, de cadeiras rolantes outros. Eram as pessoas com deficiência. Constatei que já andam na escola, já se integram nas actividades de todos, mas ainda vinham em último lugar!

Porém, o motivo porque escolhi este tema foi outro destes exemplos que me levam a concluir que todo o trabalho e empenho para que se considerem os deficientes como iguais tem de prosseguir, talvez pelo menos por mais trinta anos!

Fui há dias comprar um aquário, objecto supérfluo que o desenvolvimento do pós

25 de Abril e o meu esforço já me permitem ter. Dei com uma interlocutora dos seus sessenta anos, simpática quanto baste, de bata branca e alguns conhecimentos da aquarofilia. Escolhi o recipiente, tivemos alguma dificuldade na bomba do ar (aparelhinho que faz as bolinhas) e por último foi a vez dos peixes. A loja era pequena e não havia muito para escolher: de água fria só lá estavam dois, um preto e um amarelo.

- Então levo os dois. Disse à senhora que fez um ar de pedido de desculpa e referiu o dia em que teria mais.

Mãos à obra, fomos tirar os peixes do aquário para os transportar para a nova morada. Ao observar o preto (telescópio para quem conhece o "modelo" ...) pesarosamente pensei alto:

- Ah! Mas este tem um olho maior que o outro!

A senhora incrédula, observou-o quase à lupa num instante mínimo e perante tamanha desproporção no volume dos olhos disse, pensativamente:

- Pois é!...

E readquirindo a sua normal segurança e capacidade, reagiu de imediato, resolvendo a situação:

- Pois é! Mas faça-lhe mais barato ... Faça-lhe o mesmo preço do outro.

Não insisti para pagar o preço correcto e devia tê-lo feito. Contudo, o castigo desta minha falta veio logo a seguir. Não basta o deficiente ser mais barato, como as pessoas que vão lá a casa, sem grande restrição, de imediato chamam ao pequeno animal "o zanolho"!



A mudança sofreu sempre, e por sistema, resistência oferecida pelos pressupostos, ideias preconcebidas e rotina, dado que constitui uma viragem e uma inovação que se consideram positivas por parte de quem as promove.

"Mudança", slogan e esperança deste novo mandato, tem que constituir um objectivo permanente a seguir, embora a "Serenidade", que se irmana no lema a desenvolver, aconselhe bom senso nos passos a dar, tenham eles embora que seguir vias de firmeza.

Além do início de mandato, o ano de 2004 corresponde ainda à efeméride do trigésimo aniversário da conquista da Liberdade e também da fundação da ADFA, o que nos deve motivar para grandes áreas de afirmação, pois três décadas de vida colectiva, longe de nos terem provocado adormecimento, antes pelo contrário, nos mantiveram acesa a chama do vigor e dinâmica associativos.

Nesta envolvimento, o ELO também se teria que adaptar, graças a uma nova realidade filosófica e tecnológica, que promoveriam uma necessária e consequente renovação de conteúdos e prestações.

Foi assim que se ajustou, num objectivo claro de viragem continuada, a imagem e composição do jornal, a reconstituição da sua equipa redactorial e a nomeação de um novo director.

Acreditamos profundamente neste novo figurino e na juventude daqueles que, de novo e no melhor da suas prestações, colocam os conhecimentos específicos que adquiriram, ao serviço de todos nós.

Aliás, crê-se na continuidade, melhoria mesmo, do contributo daqueles que, até há pouco, entregaram o melhor do seu saber e disponibilidade à difusão da informação e imagem da nossa "Casa", numa área, sempre tão sensível e crítica, como é a da expor, por escrito, com responsabilidade e independência, os relatos das actividades da ADFA, de informações consideradas pertinentes e oportunas e as expressões do sentir legítimo dos associados.

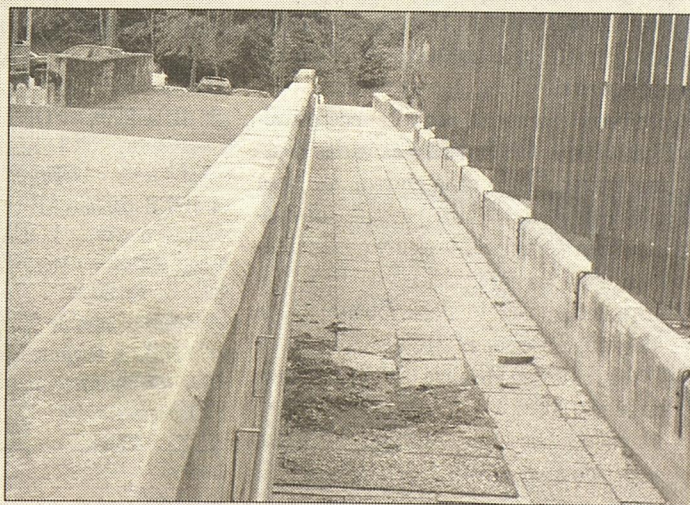
Sobressai, do universo das colaborações dedicadas, a do director cessante, José Machado Dinis, um espírito sempre atento ao equilíbrio e ao consenso, que, tantas vezes contra ventos e marés, nunca largou o leme desta barca informativa, permanecendo sempre no posto, enquanto isso fosse útil, numa demonstração de disponibilidade que a Direcção Nacional se compraz realçar.

Reformulada a estrutura, o actual director está a reorganizar a linha redactorial do ELO, a definição de funções da sua equipa, a inevitável inovação informática e uma renovada relação entre a redacção e as colaborações de delegações e associados, para que, em ambiente de concórdia e cooperação, continuemos a desfrutar, em cada mês futuro, de um melhor jornal, feito e lido à medida das nossas melhores expectativas, em resumo, o ELO que todos merecemos.

Dentro do plano de mudanças em curso, esta constitui a mais visível, e estamos motivados na sua firme e serena continuidade, pois foi para as promovermos que assumimos a candidatura aos Órgãos Sociais Nacionais e os associados nos deram a confiança do seu voto livre.

A Direcção Nacional

Fotolegenda



Entre a Sede Nacional da ADFA e o Lar Militar, será esta uma proposta de pista de cross para deficientes em cadeira-de-rodas e para cegos?

Episódios de Guerra

É preciso ter azar...

O comandante de Companhia, dividindo-se esta entre a sede e um destacamento que ficava mesmo na fronteira com a RPC, tinha por hábito deitar-se muito tarde, costumando, antes de o fazer,

passar pelo posto de rádio para compartilhar a ração suplementar que pela madrugada era preparada pelo pessoal de serviço e dizer-lhe a que horas queria que o acordassem, via telefone, e que nunca era muito depois. Naquela noite, porém, talvez por se encontrar mais cansado, tinha decidido que nessa manhã não se levantaria cedo, tendo, nesse sentido, avisado o radiotelegrafista de

turno para que não o acordassem. E certamente que adormeceu mais feliz, imaginando a rica soneca que iria gozar. Quando, estremunhado, foi acordado o que lhe pareceu quase de imediato, o mínimo que terá dito foi: "porra, não disse para não me acordarem?!?!". "Mas meu capitão, estão a atacar o destacamento..."

JMS

Lisboa

Janela aberta

- Não está ainda muito distante o último Acto Eleitoral que elegeram os Órgãos Nacionais e Locais da nossa Associação.

- Para alguns dos nossos Associados, possivelmente, foi mais um Acto Eleitoral que se realizou na ADFA. Para outros, não foi tanto assim.

- Na verdade, muitos de nós temos consciência de que estamos colocados num tempo em que é nosso dever ter como contributo associativo alguns pontos de reflexão e outros de interrogação, sobre o nosso presente e futuro.

- É com esse sentimento que os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa querem, neste novo tempo, trazer novas ideias para a discussão associativa e, dessa forma, alargar novos espaços. Dar também, aos associados toda a informação disponível, seja através do nosso ELO, seja em reuniões periódicas na Delegação.

- Assim, Órgãos Sociais e Associados terão um constante diálogo na certeza de que onde há informação, há linguagem.

- Com essa postura, que será sempre uma mais valia para a nossa Associação, haverá, por um lado, maior rigor e transparência associativa e, por outro, poderemos em conjunto estudar e discutir as questões de fundo. Tudo isso, sempre com abertura e independência que uma Organização, como a nossa, nos impõe.

- Por tudo isso, reforçamos o nosso firme propósito de, cada vez mais, continuarmos a colher o enorme potencial dos nossos associados com sabedoria associativa.

- De facto, muitos dos indicadores para a resolução das grandes questões associativas sempre foram apontados pelos associados, quando chamados a participar na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito.

- Por isso, é de todo o interesse comum que os associados, cada vez mais, sejam os principais actores na resolução dos seus problemas. Como diziam os antigos romanos: "sede vos próprios os autores daquilo que voz pode trazer alegria".

- Poder-se-á dizer que em nada servirá termos uma Delegação ou uma Associação se os nossos Associados estiverem arredados dela e nela não participarem. O que seria bom, é que fossem os próprios associados os primeiros a tomar consciência da necessidade da sua intervenção.

- Em resumo, é com olhar dos nossos associados, para as decisões associativas, que veremos em nós coisas que não veremos sozinhos. Foi Fernando Pessoa que um dia perguntou: "De quem é o olhar que espreita pelos meus olhos?".

Eleitas direcções dos Núcleos de:

Aveiras

Com a presença de elementos de todos os Órgãos da Delegação de Lisboa da ADFA e 22 associados do Núcleo, realizaram-se, no dia 17 de Fevereiro de 2004, eleições para a sua direcção, sendo eleita por unanimidade a lista apresentada pelos associados Manuel Joaquim, Bernardas e Palma Reis, com a seguinte constituição:

- presidente: Manuel Joaquim Rodrigues Sousa, associado nº 5824;
- 1º vogal: António Bernardes, associado nº 2060;
- 2º vogal: Joaquim Palma Reis, associado nº 12759;
- 1º suplemento: António José Santos Martins, associado nº 2383;
- 2º suplemento: José Reis Ferreira, associado nº 8988

Torres Vedras

No dia 18 de Fevereiro, em reunião plenária, na sede do Núcleo, foi eleita a nova direcção.

Esta reunião foi dirigida pelo presidente da direcção da Delegação que se fez acompanhar pelo secretário e 2º vogal da Direcção, relator do Conselho Fiscal e os conselheiros Sá Flores e Luís de Sequeira.

No prosseguimento da reunião onde estiveram 17 associados foram debatidas várias questões associativas. Tendo dado entrada na Mesa uma única lista de candidatos, passou-se de imediato à sua votação, tendo sido eleitos os seguintes elementos:

- presidente: Teófilo José Domingos de Almeida, associado nº 3163;
- 1º vogal: Rufino Miranda dos Santos, associado nº 13008;
- 2º vogal: Germano Antunes Miranda, associado nº 2710.

Rectificação de noticia no ELO

No ELO do mês passado, foi noticiado que o encerramento da posse dos Órgãos Sociais da delegação de Lisboa, foi feito pelo associado Sá Flores

Rectifica-se que o evento em questão, foi encerrado pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral da delegação de Lisboa, Adérito Necho Pinto.

QUOTAS EM DIA...

Recorda-se aos associados que por decisão da Assembleia Geral Nacional de 12 de Abril de 2003, a quota mensal foi actualizada para 3,75 euros, totalizando portanto 45€/ano.

Programas

Passeio á Serra da Estrela

Está em organização um belo passeio de fim de semana à Serra da Estrela, nos dias 20 e 21 de Março, com o seguinte programa:

1º dia

07H00 - saída de Lisboa (via auto-estrada), Coimbra, Nelas e Seia. Paragem para almoço. Após o mesmo, saída em direcção ao Museu do Pão e visita à Serra da Estrela.

2º dia

Pequeno almoço no hotel. Saída em direcção a Trancoso. Inicio da visita com guia local. Fonte Nova, Portas del Rei, muralhas, castelo, pelourinho, monumentos e Bandarra.... serão alguns dos locais a visitar. Almoço em Folgosinho. Regresso a Lisboa após o almoço.

Preço por pessoa : quarto duplo: 125 euros - suplemento quarto individual mais 20 euros.

O preço inclui: viagem em autocarro de turismo, 1 noite no Hotel Parque, 1 pequeno almoço, 2 almoços, 1 jantar, um guia acompanhante, seguro de viagem, taxas e impostos, podendo ser pago em duas vezes, sendo a entrada de 30% (em caso de desistência perde o retorno do sinal).

Almoço regional - Tarde dançante

A Delegação está a organizar um almoço regional, na Foz do Arelho, no dia 28 de Março, nele constando o almoço, um lanche e tarde dançante.

Programa:

08H00 - saída de Lisboa em direcção às Caldas da Rainha e Óbidos (paragem). Continuação até à Foz do Arelho. Almoço

O preço por pessoa é de 35 euros, incluindo viagem, almoço e lanche.

Rally paper

O SAS - Acção Social, em articulação com o SACDL, está a organizar um rally paper no dia 4 de Abril, a partir das 08 horas. Sobre o mesmo haverá que salientar:

- destinatários: associados, familiares e funcionários;
- composição das equipas: deverão ser compostas por quatro elementos cada, tendo que ser inscritos todos os participantes;
- inscrição: o valor da mesma é de 5 euros, devendo ser efectuado o seu pagamento no SAS ou no SACDL, até 25 de Março.

Nota: cada equipa deverá escolher uma designação, que terá de constar na inscrição.

O programa inclui almoço, sendo o seu custo divulgado no início da prova.

O respectivo regulamento será entregue na altura da inscrição.

Passeios pedestres

Em coordenação da Delegação, devendo ser contactados os seus elementos, Vera Mouta, Henriques e Armando Ramos, para mais informações:

21 MAR. 2004 - ALTO DO MONGE/PENINHA

LOCAL DE ENCONTRO: Estação CP em Sintra, às 9H30

18 ABR. 2004 - ALMARGEM DO BISPO

LOCAL DE ENCONTRO: Perto da Junta de freguesia de Almagem do Bispo

16 MAI. 2004 - FOROS DO BALDIO - (Perto de Montemor-O-Novo)

LOCAL DE ENCONTRO: Núcleo de Interpretação Ambiental, Localizado na Antiga Escola Primária de Baldios, às 9H30.

20 JUN. 2004 - FONTE DA TELHA/LAGOA DE ALBUFEIRA

LOCAL DE ENCONTRO: Junto à entrada das instalações da NATO na Fonte da Telha - no pinhal - às 9H30 (levar fato de banho)

4 JULH. 2004 - ARRÁBIDA (PORTINHO)

LOCAL DE ENCONTRO: Vila Nogueira de Azeitão, no largo da bomba de gasolina. Às 9H30.

N.B.: É dia de feira. Levar fato de banho.

N.B.: A organização declina qualquer responsabilidade pela ocorrência de acidentes ou outros acontecimentos que possam surgir durante os passeios.

SESSÃO DE FADOS

Informam-se todos os associados, que vai realizar na Sede da Associação, uma Sessão de Fado Vadio no dia 24 de Abril de 2004, em comemoração do 25 de Abril.

No próximo jornal ELO, daremos mais pormenores sobre este evento.

VEM DIVERTIR-TE, APROVEITA OS BONS MOMENTOS DA VIDA!

Marcações pelo telefone

21 751 2600 - Fax 21 751 2611

Tal como no Exército,
cultivamos o espírito de missão.

ADME no Hospital da Arrábida


Os Beneficiários da ADME têm agora acesso a todos os serviços e exames do Hospital da Arrábida, em regime convencionado, tendo apenas que apresentar o Cartão de Beneficiário válido e o Cartão de Identificação Civil ou Militar.

O Hospital da Arrábida tem ao seu serviço um corpo clínico e de enfermagem com elevada experiência suportado pelas mais recentes tecnologias médicas. A excelência no diagnóstico e tratamento da doença é um compromisso de honra. E ainda encontrará instalações modernas e confortáveis, numa procura constante pelo bem-estar do doente. A nossa missão é a recuperação rápida e integral da sua saúde.

Consultas de diversas Especialidades • Exames Complementares de Diagnóstico e Terapêutica • Serviços de Enfermagem
Atendimento Médico Permanente (24h por dia)
Check-Up's • Internamento • Cirurgia e Cirurgia Ambulatória

Marcação de consultas e exames:
Linha Azul - 808 200 231

Praceta Henrique Moreira, 150 [Complexo Arrábida Shopping]
4400-346 Vila Nova de Gaia
Estacionamento gratuito.

 Hospital da Arrábida

www.hospitaldaarrabida.pt

Uma unidade
Espírito Santo Saúde

Notícias

Cruz Vermelha Portuguesa celebra o 139.º aniversário



para que a CVP seja uma grande bênção para a Humanidade sem Fronteiras.

Aproveitando o excelente dia que estava, todos os elementos da CVP presentes e os convidados subiram a pé para o terreiro fronteiro à antiga igreja medieval de São Pedro, na nave da qual decorreu uma sessão solene, a que presidiu o secretário de Estado da Defesa.

O Presidente

Nacional da CVP, Nogueira de Brito, abriu a sessão agradecendo a presença do dr. Henrique de Freitas e de todos os restantes assistentes, realçando depois o extraordinário papel que, cada vez mais, a Cruz e Crescente Vermelhos é chamada a desempenhar no Mundo e no momento, referindo o trabalho da CVP e enaltecendo o inestimável contributo dos seus voluntários.

Seguiu-se depois uma conferência subordinada ao tema "A sociedade civil e as tarefas do desenvolvimento no século XXI", tendo o professor da Universidade Católica Portuguesa, Mário Pinto, ao traçar o percurso histórico da Cruz Vermelha Internacional, tratado também da evolução política da relação Estado/Poder e sociedade civil no século XX e sua projecção para o século XXI, onde se adivinha um forte regresso, necessidade, do protagonismo da segunda, por incapacidade de resposta económica e financeira do primeiro, donde, como realçaria a terminar, a cada vez maior valia do trabalho desenvolvido pela instituição e do que é talvez a sua mais forte característi-

ca: «A Cruz Vermelha ocupa aquele lugar valioso que é o do voluntariado».

Depois foi a vez do secretário de Estado proferir algumas palavras. Henrique de Freitas justificou a sua presença com a «gratidão que tem pela instituição e por todos aqueles que a envolvem», salientando que o Governo tem a noção «que pode contar com a CVP na protecção civil e emergência médica» e deixando no ar algumas palavras de reflexão: «Nada do que é verdadei-

ramente fundamental na vida se aprende mas pode contagiar-se».

Antes de se dar por encerrada a celebração, procedeu-se à entrega de condecorações a várias personalidades que de alguma maneira prestaram serviços à instituição e à comunidade, entre elas o nosso associado Carlos Castanho, com a Medalha de Dedicção, pelo trabalho que tem desenvolvido como comandante da Unidade de Socorro de Leiria.



Cruz Vermelha Portuguesa

Tendo-se Portugal associado ao movimento internacional de "Protecção aos feridos e doentes de guerra" concretizado em 22 de Agosto de 1864, e nascido da reacção horrorizada do cidadão suíço Henri Dunant perante a carnificina e o abandono dos feridos em Solferino, a implantação da Cruz Vermelha no nosso país deu-se oficialmente, por Decreto, em 26 de Maio de 1868, embora já desde 11 de Fevereiro de 1865 tivesse existência semi-oficial.

Isabel Marques

Porquê o nome bissexto?

Porquê a designação de bissexto para os anos de 366 dias?

Um estudo que desenvolvi há uns anos atrás permite-me hoje partilhar esta resposta com os leitores.

Ao certo não se sabe a origem do calendário mas supõe-se ser de origem etrusca.

A palavra calendário vem do Latim *calendas*, que por sua vez vem de *calenda*, designação que os romanos davam ao 1º dia de cada mês, por ser este o dia em que o Pontífice convocava o povo de Roma para junto da Cúria de Calabra, onde oferecia o sacrifício ao deus Juno e anunciava os dias da Lua Nova e os dias feriados. O calendário grego não tinha *calendas*, pelo que a frase "ficar para as *calendas gregas*" significa ficar para uma época que não chegará.

No Egipto faraónico todos os acontecimentos eram referidos em relação a determinados eventos marcantes da vida político-social. Assim, um filho nasceu tantos dias após a subida do rio Nilo e tantos anos depois da subida ao trono de Ramsés II. Mais tarde acabou-se por tomar como referência um único ano considerado da máxima importância em cada uma das diferentes civilizações, o que levou à existência de vários calendários. Assim, para os hebreus o ano da fundação do Mundo; para os romanos o ano da fundação de Roma; para os árabes o ano da fuga de Maomé; para os cristãos o ano de nascimento de Cristo.

Os egípcios mantiveram durante quatro mil anos um calendário de 365 dias e só com a chegada ao poder do rei Ptolomeu III, este decretou a junção de mais um dia de quatro em quatro anos.

O ano romano de Rómulo tinha 10 meses com um total de 304 dias. O 1º era Março, 2º Abril, 3º Maio, 4º Junho, 5º Quintilis e assim sucessivamente até Dezembro, indicados pela sua posição numérica no conjunto dos dez meses.

Foi Numa quem acrescentou mais dois meses àquele primitivo ano romano: *Januarius* e *Februarius*. O 1º foi dedicado ao deus Janus, e o 2º, que era o último do ano de Numa, recebeu a designação de *Februarius* - por ser consagrado ao deus *Februus*, deus dos mortos - que significa purificar-se, ficando consagrado aos sacrifícios expiatórios em honra dos defuntos. Mais tarde, depois da reforma introduzida por Júlio César, o cônsul Marco António decretou a alteração do nome *Quintilis* para *Julius*, em honra daquele imperador e por ser o mês em que ele nasceu, resultando dali o nosso Julho. Anos mais tarde, o Senado romano, em memória dos serviços que o imperador Augusto prestou ao Império, mudou o nome de *sextilis* (6º do ano de Rómulo) para *Augustus*, donde o nosso Agosto. As designações dos restantes meses do nosso calendário vêm ainda do ano de Rómulo.

Foi Júlio César - com a sua reforma no ano 45 A.C. (ou ano 708 de Roma) que deu origem ao calendário Solar ou Juliano - quem mudou o início do ano de 1 de Março para 1 de Janeiro, passando os cônsules a iniciar a sua carreira neste dia. Além disso, introduziu mais um dia de quatro em quatro anos, iniciando assim a existência do ano bissexto com 366 dias, onde a duração média do ano civil era de 365,25 dias e onde todos os anos terminados em 00 eram bissextos. Mas em vez de juntar o 29º dia ao mês de Fevereiro, todos os quatro anos, Júlio César adoptou uma regra complicada para não ferir as superstições dos seus concidadãos. Isto porque o mês de Fevereiro, que era o mês consagrado aos deuses infernais, tinha de ter um número par de dias (28), pois os números ímpares eram considerados favoráveis e consagrados aos deuses superiores. Assim, para manter, aparentemente, um número par de dias e não modificar o nome dos dias - todos os dias tinham nome diferente - foi intercalado um dia sem nome a seguir ao dia 23; como o dia 24 de Fevereiro tinha a designação de sexto dia antes das *calendas* de Março (1 de Março), o dia suplementar ficou, também, com o nome de sexto antes das *calendas* de Março ou bis-sexto, donde resultou a designação de bissexto para o ano que tinha o dia bissexto.

O calendário Juliano, ao fim de 400 anos deu um erro de 3,12 dias, pelo que se tornava necessário fazer uma correcção a este calendário para manter o seu carácter solar, isto é, para que as estações do ano acabem sempre nas mesmas datas do ano e, em particular, o equinócio da Primavera se dê sempre nas proximidades de 21 de Março. No século IV (325), o Concílio Ecuménico de Niceia fixou em 21 de Março o equinócio da Primavera, por este ter acontecido naquela data, nesse ano. Mas aconteceu que entre esse ano e o fim do século XVI, ocorreu um erro próximo de 10 dias, chegando o equinócio da Primavera a 11 de Março.

Foi então que em 1582, o Papa Gregório XIII, para desfazer este atraso do ano civil em relação ao ano trópico, ordenou que o dia seguinte à 5ª feira, 4 de Outubro desse ano, se chamasse 6ª feira, 15 de Outubro do mesmo ano e decidiu que os anos terminados em 00 só seriam bissextos se, abolidos os dois zeros, o número restante fosse divisível por quatro, caso contrário eram comuns.

Com esta reforma gregoriana, a duração média do ano passou para 365,2425 dias solares médios, valor 26 segundos maior que o ano trópico. Mesmo assim, esta regra gregoriana provoca ainda um erro de 0,12 dias num ciclo de 400 anos.

27 de Janeiro de 2004
ANTÓNIO CAPELA GORDO

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

António José do S. Castro

Associado nº 8509
62 anos
Faleceu no dia
27/07/03



Residia em Vila Nova de Gaia. Deixou viúva Bernardina Marques Moreira Castro. Serviu em Moçambique, do Destº Sanitário 125.

Judite Soares Costa Martins

Associado nº 7304
85 anos
Faleceu no dia
14/01/04



Residia em Belmonte. Pensionista de preço de sangue por seu filho José Manuel Costa Martins, do BCav2899, falecido em Angola em 27/02/70.

Carlos Avelino Fernandes

Associado nº 5882
52 anos
Faleceu no dia
18/12/03



Residia em Câmara de Lobos, Madeira. Deixou viúva Maria José Gonçalves de Brito. Serviu em Angola, na CCaç4943.

José Ribeiro de Freitas

Associado nº 5189
59 anos
Faleceu no dia
22/01/04



Serviu em Moçambique, na CCaç1554.

Francisco Rosário P. Jesus

Associado nº 12713
41 anos
Faleceu no dia
19/12/03



Residia em Santa Maria Maior, Funchal.

Carlos Jorge Antunes Janeiro

Associado nº 3999
52 anos
Faleceu no dia
26/01/04



Residia em Lavradio, Barreiro. Deixou viúva Lubélia Gomes Jacinto Janeiro.

Serviu em Moçambique, no BCaç5014.

João Moreira dos S. Júnior

Associado nº 11377
90 anos
Faleceu no dia
07/01/04



Residia em Sepins. Pensionista de preço de sangue por seu filho Álvaro Cosme Moreira dos Santos, da CCaç548, falecido em Moçambique em 06/09/65.

Jorge Augusto Alves Rodrigues

Associado nº 6476
51 anos
Faleceu no dia
31/01/04



Residia em Bragança. Deixou viúva Alda de Jesus Alves Rodrigues.

Serviu em Angola, na CCaç4045

Luis M.ª de Jesus G. Fernandes

Associado nº 2257
59 anos
Faleceu no dia
06/02/04



Serviu em Angola, na 7ª CCmds.

Viano Mendes Pereira

Associado nº 13736
58 anos
Faleceu no dia
12/02/04



JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Porto

PASSEIOS

Cruzeiro no Rio Douro

Realiza-se nos dias 10 e 11 de Junho um passeio com o seguinte programa:

1º dia (dia 10)

Saída às 08h00 em direcção a Marco de Canavezes. Visita à igreja paroquial, obra de Siza Vieira, continuação para a região de Peso da Régua, almoço, após este continuação para o Pinhão em comboio histórico, chegada e visita de uma quinta de vinho do Porto, jantar e alojamento no hotel.

2º dia (dia 11)

Após o pequeno almoço, ligação para o cais da Régua para realizar o cruzeiro da subida do Rio Douro até Barca d'Alva, almoço a bordo. Após o desembarque em Barca d'Alva, regresso em autocarro com passagem por Figueira de Castelo Rodrigo e Almeida.

Preço por pessoa: 195€

Inscrições: Serviço de Atendimento.

Convenções com a ADME

Hospital da Arrábida

Os beneficiários da ADME têm acesso ao Hospital da Arrábida, situado no complexo do Arrábida Shopping, em Vila Nova de Gaia, o qual tem convenção com aquele Serviço.

Esta unidade de saúde dispõe de atendimento médico permanente, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica assim como uma unidade de consultas médicas e cirurgias com internamento.

Clínica Dentária

A Clínica de Profilaxia e Reabilitação Oral da Avenida (Clínica Dentária d'Avenida), dispõe de convenção com a ADME estando a funcionar nos seguintes locais: em Vila Nova de Gaia na Av. da República, 885-1º esqª e em Matosinhos na Rua Alfredo Cunha, 37- 2º Sala 26.

Imagiologia Médica

A Clínica de Imagiologia Médica LDA, Nuno Sá & Fernando Machado, situada na Rua Gonçalo

Cristóvão, 13 - 4º, no Porto, dispõe de convenção com a ADME para o seguinte: Radiologia Geral e Pediátrica - Ecografia - Mamografia e Densitometria Óssea (DEXA).

Clipóvoa

Encontra-se já em funcionamento, após algum tempo de suspensão, a convenção da ADME com a Clipóvoa.

Os beneficiários poderão utilizar os Serviços daquela Clínica nos mesmos termos e condições anteriores.

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO

Serviços Clínicos:

Psicologia

Drª. Ana Conde

Marcações pelo telefone: 228347202

Psiquiatria

Médico: Dr. Neves de Sá

3ª Feira - das 14H30 às 17H30

Marcações pelo telefone: 228347202

Clínica Geral

Médico: Dr. Moreira Martins

5ª Feira - das 10H00 às 12H30

Marcações pelo telefone: 228347202

Apoio Jurídico

Drª. Manuela Santos

De 2ª a 6ª feira

Marcações com a própria

Serviço Social

Drª. Margarida Marques

2ª Feira - das 13H30 às 17H30

3ª Feira - das 13H30 às 17H30

4ª Feira - das 13H30 às 17H30

5ª Feira - das 09H00 às 12H30

6ª Feira - das 09h00 às 17H30

Marcações para atendimento com a própria

Apoio a aquisição de viaturas com isenção de impostos: Elisabeth Couto

Expediente

Dias úteis: das 09H00 às 17H30, com intervalo de almoço das 12H30 às 13H30.

No 1º sábado de cada mês das 10H00 às 17H00, com intervalo para o almoço das 13H00 às 14H00.

Telefone: 228347201

Serviço de refeições

Dias úteis e 1ºs sábados de cada mês

Telefone: 228347206

Serviço de Bar

Dias úteis: das 08H00 às 19H00

Sábados: das 10H00 às 17H00

Telefone: 228347205

Rastreo da próstata

O Serviço de Clínica Geral está a efectuar uma campanha preventiva de rastreo à próstata.

O rastreo efectua-se às 5ªs Feiras das 10H00 às 12H30 com marcação prévia pelo telefone: 228347202

AGENDA

Reunião mensal

Dia 6 de Março às 15H00.

Dia 3 de Abril às 15H00.

Ambas na sala de reuniões da Delegação.

ENCONTRO "Projecto 2+4"

Dia 26 de Março

Programa:

09h30 - Concentração na Delegação

10h30 - Visita ao Centro de Reabilitação

Profissional de Gaia

- Sessão de informação e demonstração de ajudas técnicas

13h00 - Almoço na Delegação

14h30 - Reflexão

- Dificuldades encontradas na participação associativa

- Barreiras sociais

- Barreiras arquitectónicas

NÚCLEOS

Santa Maria da Feira

Nova direcção

Realizou-se no dia 28 de Fevereiro, na Sede do Núcleo, a eleição em plenário da sua direcção para

o mandato de 2004/2006, que ficou constituída da seguinte forma:

Presidente - António Ferreira dos Santos

Tesoureiro - Manuel Faria Resende

Secretario - Francisco Marques Ribeiro

Estes elementos fizeram parte da primeira direcção do Núcleo pelo que possuem experiência associativa capaz de levar por diante, em articulação com a direcção da Delegação do Porto, o seu programa de acção.

Inquérito aos deficientes militares

Está a decorrer o inquérito aos deficientes militares residentes no concelho de Santa Maria da Feira.

O inquérito, que é apoiado pela Câmara Municipal, visa conhecer a situação social, económica e profissional dos mesmos, tendo em vista desenvolver respostas mais eficazes.

A direcção da Delegação solicita a colaboração dos associados para que este trabalho obtenha os objectivos pretendidos.

Chaves

Nova Sede do Núcleo

A Câmara Municipal de Chaves acaba de ceder à ADFA instalações para o funcionamento do Núcleo que abrange os associados residentes no concelho do Alto Tâmega.

As instalações, constituídas por duas salas, situadas junto ao Hospital, estão a ser objecto de beneficiação, estando os trabalhos a cargo de alguns associados.

Reunião de associados

Vai realizar-se, já nas novas instalações, no dia 13 de Março, com início às 10H30, a reunião de associados deste Núcleo.

Nesta reunião será marcada a data da inauguração da nova Sede e tratados todos os assuntos de expediente.

Espera-se que haja uma grande participação associativa para assinalar esta nova fase da vida associativa.

Para a biblioteca da ADFA/CDI

Ofertas à ADFA para o Centro de Documentação e Informação da Sede/biblioteca, desde o início do ano, sem contar com o vultoso donativo de um anónimo, já referido no ELO de Fevereiro:

- O Natal dos porcos, de TAVARES, José Correia (1ª edição. Lisboa, Garrido

Editores, 2003) - oferta do autor;

- Esquadrão 149: a guerra e os dias, de NEVES, José (1ª edição. s.l. Edição de autor, 2003) - oferta do autor;

- de Margarida Calafate Ribeiro foram recebidos uma monografia, dois artigos e quatro ensaios, todos de sua autoria (RIBEIRO, Margarida Calafate, org.; FERREIRA, Ana Paula, org - Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo. 1ª edição. Porto: Campo das Letras, 2003; "Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-

Colonialismo", Oficina do CES (no prelo), de 2003; "Empire, Colonial Wars and Post-Colonialism in Portuguese Contemporary Imagination", Portuguese Studies, 17, pp. 132-214, de 2002; "Das Fronteiras: Partes de África, de Helder Macedo e Fronteiras Perdidas, de José Eduardo Agualusa", Mea Libra - Revista do Centro Cultural do Alto Minho, 10, Julho, pp. 104-111, de 2002; "Ainda falta um grito: Histórias de guerra, trauma e poesia na obra de Fernando Assis Pacheco", Rivista di Studi Portoghesi e Brasiliani, III, pp. 65-85, de 2001; "A Melancolia dos Percursos: África na Literatura Portuguesa Pós-25 de Abril", Africana Studia, 1, Junho, pp. 205-231, de 1999; "Percursos Africanos: A Guerra Colonial na Literatura Pós-25 de Abril", Portuguese Literary & Cultural Studies, 1, Fall, pp.125-152, de 1998).

QUOTAS EM DIA...

Recorda-se aos associados que por decisão da Assembleia Geral Nacional de 12 de Abril de 2003, a quota mensal foi actualizada para 3,75 euros, totalizando portanto 45€/ano.

ELO em casa

Manter as quotas em dia é evitar contratempos no recebimento do ELO.

Regularize as suas quotas na secretaria da sua delegação ou da Sede Nacional.

DÊ O EXEMPLO ASSOCIATIVO E COLABORE COM A ADFA

VIAGEM AO BRASIL

Realiza-se de 16 a 25 de Agosto, com o seguinte programa:

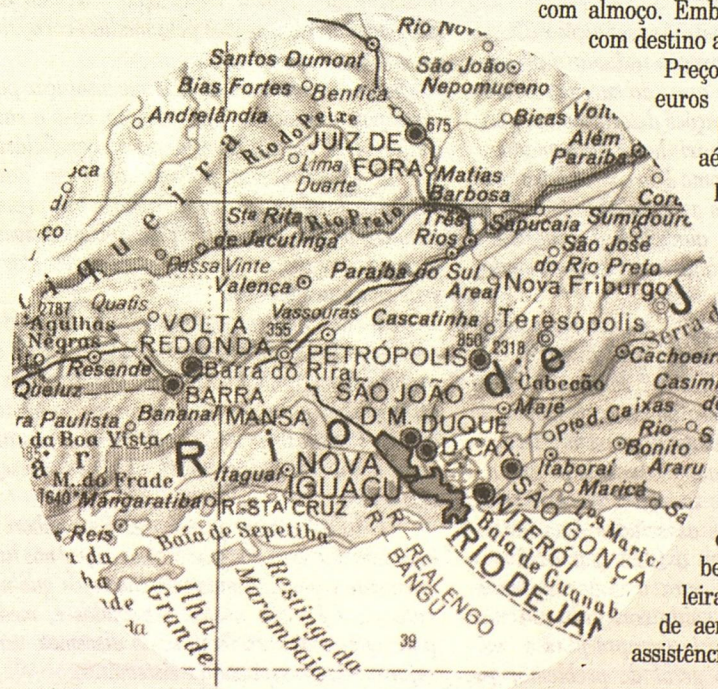
- 1º dia - Embarque no dia 16 no Porto ou em Lisboa com destino ao Rio de Janeiro;
- 2º dia - Visita ao Rio de Janeiro (Copacabana, Ipanema, Leblon, Montanha do Pão de Açúcar, Montanha do Corcovado, visita à estátua do Cristo Redentor, com almoço). Jantar numa famosa churrascaria com espectáculo de variedades (samba e ritmo de Carnaval);
- 3º dia - Visita às ilhas tropicais, em viagem de "saveiro" pela Baía de Sepetiba, com almoço e jantar;
- 4º dia - Inteiramente livre no Rio de Janeiro;
- 5º dia - Roteiro Rio de Janeiro, Petrópolis, Rio de Janeiro, com almoço e jantar;
- 6º dia - Partida do Rio de Janeiro com destino a Búzios para visita às principais praias com almoço e jantar;
- 7º e 8º dias - Inteiramente livres em Búzios, para desfrute do local, estando apenas incluídos o jantar de cada um dos dias;

9º dia - Partida de Búzios para o Rio de Janeiro, com almoço. Embarque ao fim do dia com destino ao Porto

Preço por pessoa: 1.600,00 euros

(este inclui passagens aéreas, ligações aeroporto/hotéis/aeroporto, alojamento em quartos duplos, autocarro privado de luxo, com ar condicionado e assistência de guia para efectuar as visitas descritas no programa, refeições mencionadas no programa, com o respectivo IVA, bem como taxas hoteleiras e de serviços, taxas de aeroporto e seguro de assistência em viagem).

Inscrições no Serviço de Atendimento: 228347201



A Direcção Nacional esclarece e informa: Antigos combatentes: pensão ou reforma?

Desde que saiu a Lei 9/2002 e que se iniciou todo o moroso processo com vista a dar execução aos direitos que naquela são reconhecidos aos ex-combatentes, que se instalou, também devido ao pouco cuidado das informações veiculadas por alguma Comunicação Social, e não só, uma situação de muitas e variadas confusões, algumas com resultados e estragos de difícil recuperação, dadas as erradas e/ou enganosas noções que foram sendo transmitidas.

Clarificando:

1 - o tempo normal de serviço militar obrigatório já era contado, embora apenas para o número de anos de prestação de serviço à administração pública ou a privados.

No entanto, tal tempo, se o antigo combatente não pagou as prestações correspondentes ao mesmo, somavam apenas nos anos, mas não nas quantias da reforma a receber.

Por outro lado, um número relativo de antigos combatentes, conhecedores da lei então vigente, foi pagando tais prestações, reportadas aos vencimentos que recebiam, do seu trabalho

civil, no momento em que requeriam esse mesmo pagamento. Aliás que atingiram valores altíssimos, num passado recente, por força da evolução dos ordenados de 1974 para cá. E valerá também recordar que aos militares do SMO, ninguém explicou que poderiam fazer os descontos relativos ao seu cumprimento de serviço militar obrigatório, durante o seu próprio decurso.

2 - Em relação ao sempre muito falado "100% de aumento de tempo de serviço para zona de combate", ou mesmo nos casos de 50% e 20%, haverá que esclarecer que também este aumento se aplicaria apenas, e ainda, a tempo e não a qualquer compensação monetária.

3 - Embora muitas vezes, senão quase sempre, se venha utilizando a expressão "pensões", o que tem criado a errada noção da atribuição de uma remuneração especial, de tal tipo, aos antigos combatentes, só pelo facto de o serem, tal conceito não é verdadeiro. Realmente aqui do que se trata, é do benefício em tempo, e agora em dinheiro, nas reformas para as quais se fazem, ou se fizeram, descontos na actividade profissional.

4 - Para cumprir as obrigações a que o País, e o seu Governo, só recentemente se propôs, foi inscrita no "Orçamento do Estado" uma verba, denominada "Fundo dos antigos combatentes", cujo elevado valor tem criado expectativas infundadas em relação ao seu real destino. Para que serve então este Fundo?

a - para participar as prestações devidas à Caixa Geral de Aposentações ou à Segurança Social, relativas ao tempo de serviço militar cumprido, e calculadas aos vencimentos recebidos à época desse mesmo serviço;

b - para reforçar os orçamentos das mesmas entidades, dada a diferença existente entre os valores das prestações consideradas na alínea anterior e das reformas pagas, ou a pagar, aos ex-combatentes, baseadas estas em vencimentos actuais;

c - para, logicamente, permitir o acerto dos valores das reformas, recalculado agora o tempo de desconto.

Realça-se que a Lei se aplica tanto aos militares do serviço obrigatório como aos do quadro

permanente, ainda que já se encontrem no regime de reforma ou de reserva.

5 - Existindo situações que poderão não estar abrangidas pela aplicação da Lei, haverá que aguardar pela respectiva regulamentação para um seu correcto esclarecimento, como será, por exemplo, o caso dos antigos combatentes que já atingiram, em termos de descontos "civis", o máximo tempo considerável para a pensão de reforma.

6 - O alargamento do âmbito da Lei, agora em discussão na Assembleia da República, pretende naquela a inclusão dos ex-combatentes emigrantes em países com os quais Portugal tem, ou possa vir a ter, acordos de protecção social, e dos ex-combatentes beneficiários de regimens particulares de segurança social, nomeadamente os bancários, os jornalistas, os advogados e os solicitadores.

7 - Talvez também motivo da confusão criada, terá sido a atribuição, agora sim, de uma pensão específica aos prisioneiros de guerra, embora, ao que nos é dado saber, a mesma ainda não tenha sido paga a qualquer deles.

Equiparação aos militares da GNR

A Direcção Nacional, no ELO do mês passado, baseada em contactos directos com a CGA, informou os associados oriundos das classes de praças que vencem pelo posto de 1.º marinheiro da Armada e posicionados acima do 1.º escalão da correspondente tabela indiciária, que as quantias que lhes são devidas, de 2003, por equiparação com as praças da GNR, lhes seriam pagas com a normal pensão de Fevereiro.

Tal não aconteceu, porém, o que além de indignar os afectados, colocou em dúvida a preocupação da Direcção Nacional na resolução deste problema, razão pela qual aqui se transcreve o ofício oportunamente dirigido ao Secretário de Estado do Orçamento, com conhecimento ao Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes

A Direcção Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA toma a liberdade de levar ao conhecimento de Vossa Excelência o seguinte:

1 - O decreto-lei n.º 207/2002, de 17 de Outubro, equiparou à tabela indiciária de alguns postos das classes de sargentos e praças da GNR, os militares dos três ramos das Forças Armadas em igualdade de circunstâncias, no que se refere a colocação nas respectivas carreiras;

2 - o Ministério das Finanças, no melhor entendimento do consignado no n.º 1 do art.º 12º do decreto-lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, estendeu a aplicação daquela equiparação aos Deficientes das Forças Armadas - DFA, sem qualquer restrição;

3 - a Caixa Geral de Aposentações (CGA) assim procedeu, na correcção indiciária promovida no ano de 2002, o que não sucedeu ainda, com relação às actualizações determinadas para 2003 e ao posto de 1.º marinheiro da Armada;

4 - na realidade e como é do conhecimento de Vossa Excelência, todas as praças do Exército e da Força Aérea, logo que classificadas como DFA, são equiparadas àquele posto, para efeitos de cálculo das suas pensões;

5 - ora, no ano de 2003, no normal cálculo da mencionada equiparação remuneratória, a CGA aplicou-a às praças DFA, como se todas se posicionassem no 1.º escalão da correspondente tabela, o que não promoveu a correcta alteração para as que se situam acima daquele patamar;

6 - verificada a incorrecção, a ADFA, enquanto tal, e alguns associados seus individualmente, contactaram a CGA, por telefone e por escrito, alertando para a situação, tendo, tanto quanto sabemos, sido corrigido um caso pontual, sendo prometida (sempre para o mês seguinte!) a resolução geral do problema, que afecta todos aqueles a quem não foi considerado o posicionamento acima do 1.º escalão da tabela

indiciária do posto de 1.º marinheiro, e a que têm naturalmente direito;

7 - por seu lado, pela Repartição de Abonos da CGA foi assegurado ao presidente desta Direcção Nacional a normalização desta situação, para o que, no mês corrente, promoveria o pagamento de todas as quantias em dívida e relativas ao ano de 2003.

De posse desta informação, esta Direcção Nacional difundiu-a no jornal da ADFA publicado no início deste mês, razão pela qual somos agora obrigados a proceder do mesmo modo com esta carta na edição a sair na próxima semana;

8 - porém, a regularização prometida não se concretizou e, novamente interrogada sobre o facto, a CGA respondeu que tal derivava do não fornecimento, àquela Repartição, da lista dos que estariam abrangidos pela medida correctiva em apreço;

9 - mais informou a CGA que a solução passaria por proceder ao ajustamento, caso a caso, conforme se fossem detectando os beneficiários que se encontrassem prejudicados; em nosso entender, tarefa de meses ou anos, e que pressunha que todo o universo de associados tivesse capacidade e disponibilidade para apresentar os seus casos individuais;

10 - não parece ser esta solução a que dignifique a CGA, o Ministério das Finanças e o próprio Governo; e não será de admirar que os atingidos estejam em vias de perder a paciência e eventualmente também a compostura, embora tal se considere naturalmente indesejável;

11 - a solicitação de que a ADFA colabore na busca do universo dos lesados, não é por nós liminarmente enfeitada, mas reconhecemos que nem todos os DFA são nossos associados e, mesmo para estes, não será fácil, como dissemos, verter informação generalizada e sistemática;

12 - tanto quanto sabemos, os elementos para os cálculos das pensões baseiam-se nos



dados fornecidos pelos Ramos (posto, gratificações, escalões, etc.) e foi por eles que a CGA processou (e bem!) as pensões até esta data; não se compreende, pois, como pode a ADFA, ou outra qualquer instituição, substituir-se às entidades competentes nesta matéria;

13 - para além do aspecto legal, recorrer aos interessados para correcção de dados, implica que boa parte deles, por desconhecimento, fique fora do processo, o que nos parece, além de injusto, de legitimidade duvidosa; não podemos sequer aventar a hipótese de que esta solução se baseie na esperança de que alguns, se não muitos, dos visados prescindam de parte da pensão a que tem direito por alheamento, natural pela idade e estado de saúde!

14 - por outro lado, a rectificação em causa deriva da mera aplicação de uma tabela publicada em Diário da República, e portanto de aplicação directa; tão directa como as remunerações

dos funcionários públicos, ou o ajustamento dos subsídios indexados ao salário mínimo nacional, para os quais não houve qualquer problema;

14 - prova disso, os serviços da CGA tiveram capacidade para apurar o cálculo correcto, no ano de 2002, e também a têm para o de 2004, conforme nos foi informado; nesse caso, o que obsta a que a tenham com referência ao de 2003?!

Acreditando, senhor Secretário de Estado, numa sua urgente intervenção pessoal, na resolução desta aplicação de uma norma em vigor e legalmente estendida a todos os outros postos abrangidos por ela, permita-nos que apresentemos a Vossa Excelência os nossos mais respeitosos e sinceros cumprimentos.

Assina o presidente da Direcção Nacional da ADFA

Cartões da ADME

Desde há meses que delegações e associados têm vindo a manifestar o seu profundo descontentamento pelo atraso na renovação de cartões da ADME, com as subsequentes dificuldades dos deficientes militares em aceder a um direito essencial cuja negação os diminui na sua própria dignidade humana. A DN encetou diversos contactos ao mais alto nível da estrutura da ADME, a qual, tendo reunido as condições logísticas necessárias, está já a proceder à emissão de novos cartões, a ritmo que se espera que se mantenha.

Parecendo, porém, existirem alguns problemas na recepção de cartões cuja renovação foi solicitada antes de Agosto de 2003, a ADFA já remeteu aos serviços da ADME relações de associados beneficiários para que se solucione o problema. No entanto, se algum associado nessas condições não receber o seu cartão até finais de Março, sugere-se que proceda a nova requisição.

Ainda do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência



Leiria, distrito de cidadania... em que a ADFA é parte

ISABEL MARQUES

ADFA e ISLA assinam protocolo de cooperação

A ADFA e o ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração, através da Unidade de Investigação e Intervenção em Psicologia (UNIIPSI) de Leiria, assinaram no passado dia 11 de Fevereiro, e como já foi anunciado no ELO desse mês, um protocolo de colaboração.

O objectivo desta parceria é estimular e regular a cooperação entre as duas instituições nos domínios da formação, troca de informação científica e técnica, apoio na realização de actividades de docentes e discentes do Instituto ou funcionários e colaboradores da Associação, bem como apoio na realização de publicações.

A representação do ISLA e da ADFA esteve ao mais alto nível das duas entidades, nas pessoas dos seus presidentes nacionais, respectivamente António Madeira e Patuleia Mendes.

A cerimónia decorreu nas instalações de Leiria do ISLA, tendo estado presentes, para além de docentes e discentes do Instituto e convidados, o Governador Civil de Leiria, José Leitão Silva, um representante da presidente da Câmara Municipal, Daniel Pereira e o professor Carlos Lopes Pires, da UNIIPSI. A ADFA, não querendo deixar de corresponder à importância que ao acto foi dado, esteve também representada pelos elementos da delegação de Coimbra, Francisco Leal (presidente da Mesa da Assembleia Geral), José Temido e Carlos Coelho

(da Direcção) e José Antunes (do Conselho Fiscal), para além do presidente do Núcleo de Leiria, Carlos Castanho e do também elemento da respectiva Direcção, Fernando Pedrosa.

O presidente da UNISLA, António Madeira, salientou estar muito satisfeito com esta parceria, frisando que "quando se fazem acordos destes, eles são para ser concretizados e este vai sê-lo".

Por seu lado, o presidente da ADFA afirmou que este projecto vai ser «muito importante para toda a comunidade portuguesa e em particular para os homens e famílias que estiveram ligados directamente à guerra». Patuleia Mendes salientou ainda que vê este acordo com «entusiasmo, empenho e com o interesse da dádiva».

Por seu lado, o Governador Civil quis mostrar que o Estado não está alheio a estas iniciativas e afirmou que as parcerias formadas nas sociedades civis «devem ser complementadas com as obrigações do Estado».

A encerrar as intervenções, o coordenador do projecto, Carlos Lopes Pires, apresentou os objectivos que envolvem a parceria das duas instituições. Numa primeira fase vão organizar um congresso internacional sobre stress pós-traumático, um problema que afecta muito a sociedade actual, em inúmeras e diversas vertentes. O estudo agora proposto vai envolver duas áreas, uma com pessoas maiores de 17 anos,



O Presidente do Núcleo e a representação da Delegação de Coimbra ouvem, atentos as intervenções da mesa

onde se incluem os ex-combatentes, e outra com menores de 17 anos. Para isso, vai-se fazer uma pesquisa exploratória e formar uma base de dados sobre o tema. Depois proceder-se-á à realização do congresso para o assunto aí ser analisado e discutido.

O protocolo teve início a 1 de Janeiro de 2004 e vigorará até ao final do presente ano. No entanto pode ser prorrogado automaticamente por períodos de 12 meses, podendo ser, por qualquer das partes envolvidas, denunciado com um pré-aviso de 90 dias.



Representante da Câmara, Governador Civil, presidente da UNISLA, presidente da DN/ADFA e coordenador do projecto, a satisfação após a assinatura do protocolo

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência + 1

No passado dia 4 de Fevereiro realizou-se, no Governo Civil de Leiria, uma reunião da Comissão distrital alargada do AEPD+1, Ano Europeu das Pessoas com Deficiência 2004, para a qual a ADFA foi convidada, e onde, para o presente ano, foi constituída a Comissão Executiva e foram definidas já algumas actividades, de que se destacam as assinaturas de novos protocolos entre o Governo Civil e diversas entidades, bem como vários programas desportivos, entre eles o "III Torneio de Ténis em Cadeira de Rodas" de Pombal.

No âmbito e no espírito do AEPD+1, o governador civil de Leiria, José Leitão da Silva, redigiu algumas palavras que pelo seu significado, e até numa perspectiva de trabalho em que a nossa Associação não quer deixar de participar, se entende dever transcrever:

«Mais do que um ano apenas uma vida!

Ao terminar o ano 2003, chegamos ao final do "ano zero da deficiência".

Entendo que este é o momento para falarmos do futuro. Mas mais do que falar, este é o momento de o preparar. Um futuro que, para as pessoas com deficiência, nunca mais poderá ser igual.

Hoje a palavra "cidadania" já não é nas nossas consciências apenas mais uma palavra. No Distrito de Leiria a cidadania é praticada!

Por isso, 2003 foi o ano zero, o ano do apelo, da sensibilização para uma causa, para um princípio...

Estou convicto de que o Directório de Produtos e Serviços é um exemplo desse princípio e também da afirmação desta causa para os anos vindouros. Como o são, aliás, a Medalha da Empregabilidade, entregue hoje e no futuro aos empresários e instituições que aceitem criar condições de trabalho e acesso à formação profissional a pessoas com deficiência; a Carta de Compromisso com todos os cidadãos do distrito, compromisso concreto das instituições para eliminação efectiva de barreiras arquitectónicas em edifícios e espaços públicos e a assinatura de protocolos com as associações empresariais do Distrito de Leiria, com o objectivo de ficar salvaguardada a possibilidade de acesso à formação profissional a pessoas com deficiência.

Afirmámos em Julho que todos, com pouco, podemos fazer muito e bem.

Vamos dar as mãos para que o futuro nos possa dar razão.

O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência ficará para sempre nas nossas memórias pelas actividades que foram desenvolvidas, por tudo o que foi falado e sobretudo, pela divulgação que se conseguiu fazer».

I Congresso Internacional sobre Stress Pós-Traumático

Como se escreveu, a primeira iniciativa resultante do protocolo agora assinado já foi tomada. A ADFA e o ISLA-Leiria estão a organizar o I Congresso Internacional sobre Stress Pós-traumático, agendado para os dias 10, 11 e 12 de Novembro deste ano.

Durante estes três dias, o objectivo do encontro vai ser promover a discussão e a partilha de experiências entre os soldados combatentes, as famílias, as vítimas de violência doméstica, as vítimas de abusos sexuais, os analistas e todas aquelas pessoas que, de alguma maneira, possam ajudar a esclarecer o significado da

expressão, talvez melhor, do estado de "stress pós-traumático".

Assim, os grandes temas em debate serão a avaliação da rede nacional de apoio e intervenção na perturbação de stress pós-traumático, os fundamentos e pesquisas sobre essa mesma perturbação e as terapias adequadas.

Entretanto, a unidade de Investigação e Intervenção em Psicologia (UNIIPSI) do ISLA-Leiria vai desenvolver uma pesquisa aprofundada de diferentes temáticas relacionadas com este distúrbio e criar uma base de dados a apresentar no congresso.



2004 - Ano Europeu da Educação pelo Desporto

O Conselho da União Europeia (UE) e o Parlamento Europeu proclamaram 2004 como "Ano Europeu da Educação pelo Desporto" (AEED-2004), cujos objectivos principais são:

1. sensibilizar as instituições educativas e desportivas sobre a necessidade de cooperação na função educativa do desporto;

2. aproveitar os valores inerentes ao desporto para transmitir aos jovens, conhecimentos e competências físicas e sociais;

3. sensibilizar os jovens para a prática desportiva voluntária como actividade extra escolar;

4. promover, através das actividades escolares, o valor educativo da mobilidade e do intercâmbio de estudantes, organizando encontros desportivos e culturais;

5. promover a divulgação e o intercâmbio de práticas exemplares, para dar a conhecer a elevada função do desporto nos sistemas educativos, particularmente na integração social das minorias étnicas, populações mais desfavorecidas e pessoas com necessidades especiais;

6. desenvolver o desporto escolar para conseguir uma relação equilibrada entre actividades físicas e mentais, promovendo a saúde.

Em cada Estado-Membro há um centro de coordenação para apoio aos projectos do AEED-2004, que irá publicitar o desporto e a sua importância na educação dos jovens, através de uma campanha informativa, de imagem e de eventos diversos.

Em Portugal este centro está localizado na: Secretaria de Estado da Juventude e Desporto

Instituto do Desporto de Portugal
Av. Infante Santo, 76
1399-032 LISBOA

Tel - 213953271 ; fax - 213978200 ; e-mail - geral@idesporto.pt

A UE lançou um concurso para a criação do logotipo para o AEED-2004, convidando a participar os jovens criativos dos 15 países da UE, dos 10 países candidatos à UE e dos estados da EFTA.

Os desenhos gráficos tinham por base o lema do AEED "Move your body, Stretch Your

mind" ou seja "Move o teu corpo, descontraí o teu espírito". Com este lema pretende-se despertar o interesse dos cidadãos europeus para o desporto que, praticado com regularidade, proporciona prazer, saúde e bem-estar.

A vencedora foi uma jovem - Júlia Kotulla - estudante de ciências da comunicação da Escola Superior de Belas Artes de Berlim, com um desenho que o júri escolheu e elegeu como o melhor entre mais de 600 trabalhos recebidos de estudantes de 27 países. A entrega dos prémios do concurso para o logotipo foi realizada no Fórum Europeu do Desporto, em Verona, durante uma cerimónia muito especial. No dia seguinte, cerca de 1000 crianças e adolescentes "invadiram" o mercado e lançaram centenas de balões do AEED.

Na inauguração do AEED-2004, os países estiveram representados pelas maiores estrelas do desporto a nível mundial, sendo Portugal representado pela nossa campeã olímpica Rosa Mota.

Entre os muitos e diversos eventos desportivos integrados no AEED-2004, podemos destacar o EURO 2004, em Portugal, os Jogos Olímpicos, em Atenas, e os Jogos Paralímpicos, em Atenas. A grande promoção do AEED-2004 e do seu lema será feita pela equipa All-Star em diversos eventos desportivos, em diferentes países europeus. O leitor pode colher informações sobre estes eventos na página www.eyes-2004.info/3132.0.html.

Segundo um inquérito organizado pela UE, a grande maioria dos cidadãos europeus gostaria de ver o desporto com maior destaque nos programas escolares. Um em cada três cidadãos europeus já hoje pratica regularmente desporto de lazer e manutenção que lhes permite manter a forma física, desenvolver o convívio, o espírito de equipa, a tolerância e o respeito pelos outros. A actividade desportiva é um factor de união entre as pessoas que permite, às crianças e jovens, criar novas amizades, mesmo com jovens de países e raças ou credos diferentes.

O desporto sempre teve um lugar de destaque na educação do ser humano, desde os Jogos Olímpicos da antiga civilização grega - há mais

de 3000 anos - até aos actuais campeonatos universitários de diversas modalidades, onde é muito forte a ligação entre a educação e o desporto.

O estilo de vida sedentário e cheio de stress praticado pela sociedade actual só pode ser combatido com a prática de um regular exercício físico, em particular a prática desportiva. Stress, mau humor, depressões, deficiência muscular, excesso de peso, obesidade e tantas outras situações que contribuem para a infelicidade do ser humano, podem ser sanadas ou controladas através do exercício físico.

É na escola que a criança começa a aprender a integração na sociedade e a desenvolver toda a sua estrutura física e mental. Todavia, hoje em dia é difícil manter a disciplina nas aulas, dada a falta de respeito pelo próximo e a violência que impera na sociedade. Ora, a prática desportiva nas escolas funciona como dissuasor das perturbações durante as aulas e proporciona aos alunos um melhor rendimento escolar, aumentando as suas capacidades de concentração e assimilação.

Portugal é dos países da UE com maiores níveis de sedentarismo, reflectindo-se este, no aumento dos problemas de saúde. É verdade que não temos uma cultura do exercício físico e a própria evolução tecnológica, nomeadamente a televisão, o vídeo e o computador, têm provocado uma redução da actividade física, em prejuízo do estado de saúde fisiológico, psicológico e social. O estilo de vida agora adoptado, a par da alimentação, irá ser a causa de doenças e enfermidades futuras.

Antes de terminar a vida activa, é importante que as pessoas encontrem outras actividades para fugir ao isolamento, conheçam outros meios e pessoas, aprendendo a estar de outra forma na sociedade. É essencial o exercício físico para a ocupação do tempo, manutenção da condição física e de saúde, aliada a um ambiente social descontraído e de convívio, desde que aquele exercício seja orientado por profissionais competentes e mediante uma prescrição médica.

António Capela Gordo

Delegações

Famalicão

Delegação de Famalicão ELEIÇÕES NOS NÚCLEOS DE BRAGA E DE GUIMARÃES APELO/CONVOCATÓRIA

Vão realizar-se, no próximo dia 20 de Março, eleições para as Direcções dos Núcleos de Braga e de Guimarães. A fim de mostrarem aos candidatos a sua confiança no futuro de tais instituições locais e garantir aos eleitos o seu apoio no trabalho a realizar, apela-se e convocam-se os associados das respectivas áreas para comparecerem a tais actos no maior número possível.

A entrega de listas dos candidatos ao acto eleitoral deve ser recepcionada na sede da Delegação até às 18.00 horas do dia 17 de Março

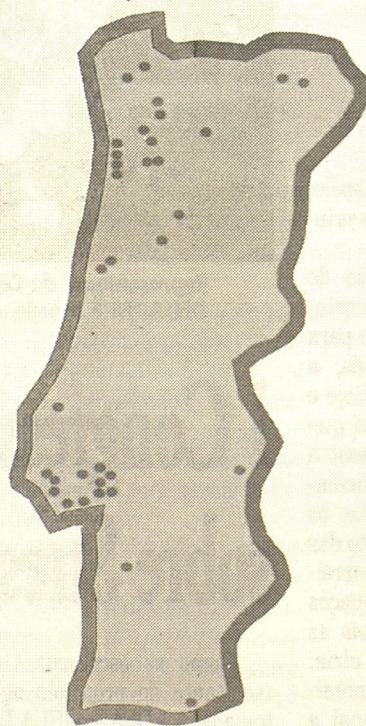
Em Braga a mesa de voto funcionará na sede da Junta de Freguesia de São Lázaro, no horário das 14.00 às 19.00 horas.

Em Guimarães a mesa de voto funcionará nas instalações do Núcleo, também no horário das 14.00 às 19.00 horas.

Rede de lojas Império Autocenter



A Império Autocenter é uma rede de lojas que conta com cerca de 45 estabelecimentos de norte a sul, onde é possível efectuar toda uma série de serviços (pneus e serviços associados, focagem de faróis, testes de amortecedores) e adquirir componentes automóveis (baterias, amortecedores, sistemas de travagem, escapes, pára-brisas e outros), lubrificantes, carregamento de ar condicionado e auto-rádios.



PNEUS:
1º desconto de 38% s/ a tabela oficial das marcas:

- Toyo
- Hankook

2º Desconto de 50% s/ a tabela oficial da marca:

- Rolltec

SERVIÇOS:
3º Desconto de 20% s/ tabela de preço de venda ao público:

- Serviços prestados

OUTRAS MARCAS/PRODUTOS:
4º Desconto de 10% s/ os preços praticados ao balcão

LUBRIFICANTES:
5º Desconto de 5% s/ os preços praticados ao balcão

HELP LINE
808 20 15 16

Rede de Lojas:
Zona Norte: Vinhais, Bragança, Chaves, Vila Real, Braga (5 centros), Ponte de Lima, Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Barcelos, V. N. Famalicão, Santo Tirso, Guimarães, Lordelo, Valongo
Zona Centro/Norte: Maia, Matosinhos (3 centros), Porto, V. N. Gaia, Aveiro - Cacia, Coimbra - Eiras, Viseu, Leiria (2 Lojas), Caldas da Rainha
Zona Sul: Lisboa - P. Stº Adrião, Lisboa - Sacavém, Lisboa - Algés, Lisboa - Cidade (4), Sintra - Trajouce, Alhandra, Palmela, Seixal, Vila Viçosa, Faro (2 centros)
Centro de Operações - Telefone: 253 240 640

Códigos postais correctos

A Direcção da Delegação solicita a todos os associados que actualizem as suas moradas, indicando o seu código postal correcto, isto é, também com o segundo grupo de dígitos (3), de forma a possibilitar uma mais rápida entrega da correspondência ou, mesmo, obviar ao seu extravio. Exemplo: 4760-038 VILA NOVA DE FAMALICÃO.

O "Estatuto de Deficiente Militar"

Encontra-se em estudo no, Ministério da Defesa, uma compilação e reordenação de direitos e deveres dos deficientes militares a que se tem chamado "Estatuto do Deficiente Militar". Convém esclarecer antes de mais que a esta designação não corresponde, até à data, qualquer estatuto formal, ainda que em ante-projecto. Estatutos formais são o Estatuto do Militar das Forças Armadas, e os que se lhe seguem (do Oficial das Forças Armadas, do Oficial do Exército, do Sargento do Exército, etc.). Naturalmente que a legislação a compilar, criar e publicar terá que estar de acordo com o Estatuto base, e é precisamente esta uma das razões da necessidade deste reordenamento. Basta lembrar que em 1976, data da publicação do diploma-base dos DFA (o decreto-lei 43/76, de 20 de Janeiro), nem os sargentos tinham estatuto próprio!

Em três décadas muito mudou na sociedade portuguesa, e nem sempre para melhor. Os deficientes militares têm defendido os seus direitos através da doutrina do DL 43/76, e legislação subsequente, como se de uma trincheira se tratasse. E não é caso para menos, já que a memó-

ria dos homens é curta, e a gratidão não é a nossa maior virtude. Se as figuras públicas, no seu discurso, sobretudo em actos solenes, não deixam de enaltecer os grandes ideais, na prática, vergadas a outras imposições, subalternizam aqueles que, face ao espírito reinante, são considerados improdutivos ou inactivos - ainda que tal situação se deva ao sacrifício em prol do todo nacional.

Pois nesta velha trincheira ainda se travam combates com mais de 30 anos: processos mal elaborados, casos esquecidos, agravamento de saúde, novas sequelas, povos abandonados. Aos que se ficaram pelas matas e bolanhas juntam-se, cada vez mais numerosos, os que os vários traumas e deficiências têm encurtado a vida; somos assim cada vez menos nesta trincheira, e com cada vez menos saúde e cada vez menos esperança de vida. Por isto o combate urge: os combatentes vão diminuindo, e vai mingando a força.

Duas grandes questões devem nortear a nossa acção. A primeira é a defesa dos direitos adquiridos. Não se pense que a posição da sociedade é imutável e irreversível: se após as guerras o sentimento reinante é o do reconhecimento e da grati-

dão, com os anos é a indiferença ou mesmo a aversão que reinam. Basta lembrar o sucedido aos deficientes da I Guerra Mundial, e as trajetórias da Liga dos Combatentes e da União dos Inválidos de Guerra. O novo "Estatuto do Deficiente Militar" tem de salvaguardar a essência dos direitos adquiridos; as alterações e inovações terão de ir no sentido da melhoria e da correcção de algumas fórmulas ultrapassadas, porque presas a conceitos que caducaram, ou porque a prática provou que não passavam de fórmulas de boas intenções. A título de exemplo, o direito ao recolhimento em estabelecimento assistencial do Estado, por falta de infra-estruturas, perdeu significado; mas, com novas formas de apoio, como a assistência no domicílio, ou em estabelecimentos com acordos com o Estado, este direito pode ser repostado. Ou o direito de preferência no provimento de cargos públicos, igualmente feito letra morta, que pode agora ressurgir com as quotas obrigatórias de emprego para deficientes.

A segunda grande questão é o da passagem do testemunho. Os DFA são a memória viva de uma guerra e das suas mais negativas conse-

quências. A ADFA, quer internamente, quer a nível internacional, através da FMAC, tem militado em prol das iniciativas visando a prevenção de conflitos, e tem trabalhado na minimização das consequências desses conflitos. Não acreditando no "Fim da História", essa idade mítica anunciada no fim do século XX, e constatando que, pelo menos neste princípio de século, as guerras continuam, a nossa actividade não pode parar. Não só por essa acção, como pela salvaguarda dos direitos dos que se vieram a deficientar no cumprimento das missões que, de forma legal e legítima, lhes forem atribuídas, como durante a preparação para essas missões, sabendo nós quão exigente deve ser essa preparação, e quanto é ténue a distância entre o risco e o acidente, quando se levam as coisas ao extremo.

Precisamos da contribuição de todos, porque cada história é uma lição sobre a diferença entre a boa vontade do legislador (que a há!) e a dura realidade da corrida de obstáculos que é atravessar a burocracia que continua a governar este País.

Nuno Santa Clara

Notícias

Resoluções propostas por Portugal à 24.ª Assembleia Geral/FMAC

F.M.A.C. W.V.F.



Conforme foi referido no ELO de Janeiro 2004, durante a 24.ª Assembleia Geral da FMAC foram aprovadas diversas "Resoluções", propostas pelos membros. Portugal, através da ADFA,

apresentou quatro, que foram aprovadas, e como tal difundidas como posição da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra. Embora, como também foi já referido, o

relatório da Assembleia esteja no nosso Centro de Documentação e Informação (CDI), para quem desejar consultá-lo, será útil transcrever as resoluções propostas por Portugal.

grados em sociedades felizmente pacificadas, mas por esta mesma razão afastadas da realidade das consequências das guerras;

4. sublinha a importância da luta contra o PTSD e as suas consequências individuais e sociais, e propõe que o PTSD seja reconhecido como um problema de saúde pública, e não unicamente um assunto de antigos combatentes.

Comissões de reconciliação

1. (a FMAC) considerando os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, e os esforços feitos pela FMAC com o fim de sensibilizar os governos dos países membros no sentido de melhorar as relações internacionais e aprofundar uma cultura de Paz;

2. reconhecendo que, em certas regiões, após a obtenção de uma paz formal, os germes dos conflitos continuam presentes;

3. saúda as iniciativas do tipo das Comissões de Paz e Verdade, que contribuem a uma verdadeira reconciliação das partes, e recomenda a constituição de comissões semelhantes nos países que tenham sido assolados por guerras fratricidas.

Troca de informações entre antigos combatentes

1. (a FMAC) considerando que, apesar da disparidade dos conflitos no Mundo, seja pelas particularidades geográficas, culturais, tecnológicas ou outras, as guerras têm como consequência comum os antigos combatentes com o seu cortejo de problemas, bem como de vítimas civis;

2. considerando que há sempre um fundo comum nas situações, e que as diferenças de tratamento são, antes de mais, devidas a diferenças políticas e sociais;

3. considerando que, apesar dos esforços feitos até aqui pela FMAC, há ainda uma falta de conhecimento, por parte dos seus membros, sobre a situação nos outros países;

4. lembra a todas as organizações membros a necessidade de trocar informações no domínio da legislação de cada país, no sentido de colmatar as diferenças entre combatentes no Mundo, o que contribuirá também para o reconhecimento público e para despertar as consciências sobre a prevenção de conflitos.

Nuno Santa Clara

Delegações

Coimbra

Preenchimento de IRS

A delegação, no sentido de ajudar os associados a resolver os seus assuntos, não apenas em relação aos seus problemas específicos com a deficiência, mas tendo em conta também os seus deveres como cidadãos, entendeu continuar, como em anos anteriores, a fazer atendimento personalizado no que diz respeito ao preenchimento das declarações de IRS.

Está assim ao dispor do associado um serviço, aberto diariamente das 11H30 às 12H30 e das 14H00 às 16H30, a cargo do funcionário Vítor Oliveira, o qual trata do preenchimento de toda a respectiva documentação sem qualquer custo para o sócio, devendo, no entanto, os interessados fazer prévia marcação via telefone.

Outras notícias

Sobre outras notícias de actividade do Núcleo, encaminhamos os nossos leitores para a página do ELO, "Leiria, um distrito de cidadania...".

Núcleo de Leiria

ELEIÇÕES PARA A DIRECÇÃO

APELO/CONVOCATÓRIA

Vão realizar-se em 28 de Março, eleições para a direcção do Núcleo, pelo que se informam os sócios da área que as listas de candidatura devem ser entregues na sede da Delegação de Coimbra até ao dia 19 do mesmo mês.

O acto eleitoral decorrerá no auditório dos Bombeiros Municipais de Leiria, frente às actuais instalações do Núcleo, pelas 15,00 horas, em plenário de associados, pelo que se apela e se convocam os mesmos para estarem presentes no maior número possível, a fim de garantirem aos eleitos o máximo apoio em todo o trabalho a que se proponham, bem como ajudar a manter e consolidar a sua estrutura local.

Situação no Iraque

1. (a FMAC) considerando que as tomadas de posição anteriores, no sentido de evitar uma intervenção armada unilateral no Iraque, tal como a tomada em Março de 2003 (publicitada no ELO), e que infelizmente não foram tomadas em consideração;

2. considerando que os resultados da intervenção anglo-americana mais não fazem que sublinhar que a utilização da força militar é frequentemente desmesurada em relação à realidade das ameaças;

3. considerando que a sequência dos acontecimentos conduziu a situações incontroláveis no quadro da prossecução de uma iniciativa unilateral, sem que alguma melhoria seja previsível a curto termo;

4. apela a todas as associações membros para intervir junto dos respectivos governos com o fim de pôr o seguimento da intervenção no Iraque sob o controlo das Nações Unidas, única organização habilitada a intervir de uma forma legal e legítima;

5. exprime a esperança de que o povo do Iraque encontre rapidamente a paz, a prosperidade e a dignidade conformes à sua civilização milenar.

Nota: a proposta portuguesa, além de pequenos acertos de redacção, foi objecto de uma proposta de aditamento pela delegação de Marrocos, de que foi aceite a introdução do parágrafo 5.

Stress de guerra

1. (a FMAC) considerando que, apesar de alguns progressos obtidos, sobretudo nos países europeus e norte-americanos, no reconhecimento e tratamento do PTSD (stress de guerra), esta doença continua a ser ignorada em muitos países do Mundo;

2. considerando que em todos os continentes há pessoas, antigos combatentes ou simples civis, sofrendo de PTSD, que estão afastados de qualquer assistência médica, psicológica ou social;

3. considerando que o flagelo do PTSD não escolhe unicamente os combatentes, e que os antigos combatentes e civis atingidos estão inte-

LUATXE

O destacamento do Luatxe distava cerca de quarenta quilómetros da Companhia sediada em Lumege, leste de Angola.

Percorrer aquela distância, para assegurar os inevitáveis reabastecimentos periódicos, revelou-se tarefa de apreciável risco, por os nacionalistas, cientes da situação, poderem facilmente prever a altura em que mais dia menos dia teríamos que calcorrear o trajecto com os mantimentos.

Quanto ao regresso, habitualmente realizado no próprio dia ou esporadicamente no seguinte, bastava estarem de atalaia para dele se inteirarem.

Com o efeito surpresa do seu lado, tão decisivo na guerra de guerrilha, era-lhes fácil "semear", naquelas ocasiões, minas dissimuladas na picada e urdir emboscadas sobretudo após os homens, rendidos ao cansaço pela longa e ininterrupta caminhada, subirem para os carros, indispensáveis ao transporte das provisões, onde sentados nos altos bancos se convertiam em destacados alvos que, de tão desprotegidos, não acertar-lhes, nos primeiros tiros, se afigurava tarefa difícil.

As consequências adversas, emergentes de condições assim, associaram Luatxe a perigo.

Reputação que indubitavelmente contribuiu para que, num curto período de tempo cingento, alguns homens da Companhia ali tivessem cumprido castigos, integrados na respectiva guarnição, sem qualquer diferenciação.

Porém a permanência no destacamento de militares, a título de punição, só faz sentido se radicar na cíclica míngua de víveres e, sobretudo, no profundo isolamento que o submergia, porquanto o lugarejo Luatxe, com menos de meia dúzia de casas abandonadas pelos que foram seus proprietários, devido à pressão da guerrilha, era um oásis de paz se comparado com a picada que o ligava à sede.

Apenas uma vez foi alvo de alguns tiros, disparados de distância tão considerável que o seu propósito jamais seria o de atingir alguém. Provavelmente procuravam promover um ambiente de tensão com a afirmação da sua presença nas proximidades.

Mas não propiciava apenas reconfortante tranquilidade, era ainda banhado por um aprazível riacho, enriquecido com uma pequena praia fluvial, que fazia as delícias da rapaziada, sobretudo em dias de maior canícula.

Condições e ambiente que pautavam o dia-a-dia na altura em que o dr. Salazar caiu da cadeira.

No dia do evento, analisada a nova e surpreendente situação, a conclusão acabou por coincidir com o que todos mais desejavam: o regresso ao "Puto" passava a estar eminente. Afigurava-se credível que o fossilizado regime vigente caísse, com a queda do seu sustentáculo mor, cedendo lugar à democracia, incompatível com a continuação daquela guerra.

O acontecimento e as previstas consequências perspectivaram, num ápice, novos e tão gratificantes horizontes que a congratulação irrompeu imparável.

O destacamento herdou da Companhia precedente uma pequena manada de vacas, pensada como garante do leite fresco, diariamente consumido, a que não haveria acesso de outro modo.

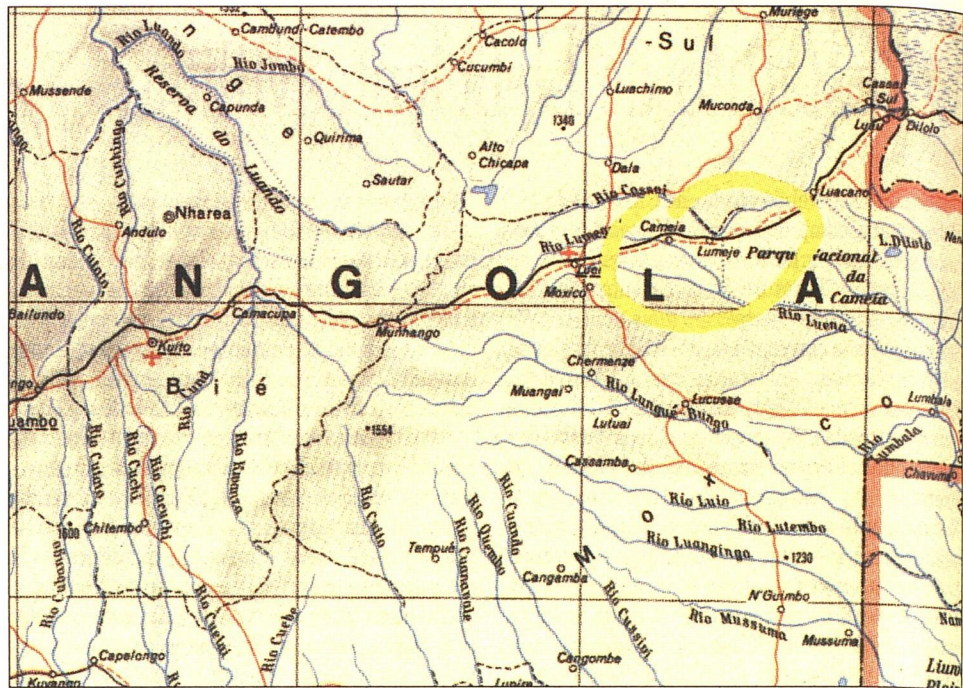
Mas o singular acontecimento ditou o abate do animal mais jovem, posteriormente outro se seguiu, (que se lixasse o leite por eles produzido, supostamente desnecessário a curto prazo) que garantiu os suculentos e anafados nacos de churrasco que, à medida que encolhiam e escureciam em contacto com o bráido, exalavam cheirinho inebriante para as papilas gustativas, perdas de desejo.

As goelas incendiadas por condimentos saturados de picante, a elevada temperatura ambiente e o calor abrasador irradiado pela fogueira, obrigaram a um refrescante banho de emergência.

No regresso, uns envergavam calções de banho outros "vestiam" à Pai Adão.

Foi naqueles preparos que a euforia instalada e o sortilégio do tocante momento incitaram à colocação dos cinturões com cartucheiras e a empunhar as G3 para, com disparos de rajadas para o ar, conferir a solenidade possível, naquelas circunstâncias, ao nobre significado daqueles instantes mágicos.

No dia seguinte, convencidos de que o tempo era de mudança, também foi resolvido transfigurar o visual.



Para tanto, verteu-se água oxigenada nos crescidos e mal aparados cabelos, não havia barbeiro, para promover o conseqüido tom amarelado.

As fisionomias alteradas criaram, aparentemente, novos homens desconhecidos entre eles e estranhos a si próprios.

Se aos próprios a nova aparência confundia, imagine-se a assombrosa perturbação infundida no pessoal, que levou a cabo o reabastecimento seguinte, ao encarar, sem aviso prévio, aqueles amareletos "nórdicos" em vez dos meridionais cabeleiras escuras seus iguais.

Vouu-se tão alto, nas asas sedutoras do desejo, que a revalidada política de continuidade escaqueirou, sem dó nem piedade, as mais gratas aspirações.

Mas retenha-se também o lado positivo: o sonho, enquanto durou, gerou ondas de optimismo, rancho melhorado em quantidade e qualidade e, acima de tudo, exaltação que anulou o deprimido tédio que o insuprível isolamento implicava.

Condições que proporcionaram, em pleno seio do conflito armado, um refúgio de "férias" eivado de reconfortante expectativa e bonança, onde, paradoxalmente, alguns cumpriram castigos.

Estava-se bem no remoto Luatxe. Mesmo muito bem!

João Santa Rosa
(sócio nº 12164)

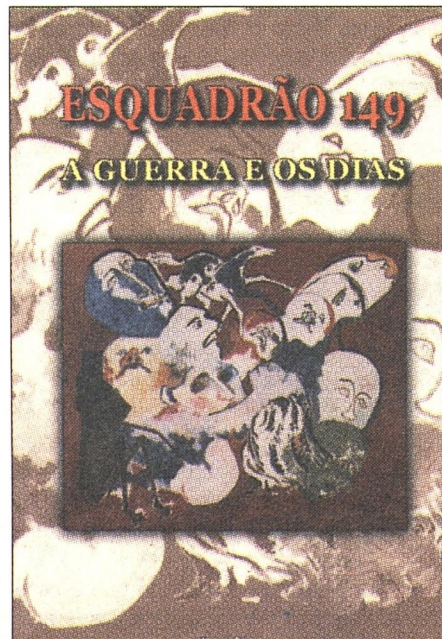
Livros

Esquadrão 149 - a guerra e os dias

Em grosso volume, como pesadas serão as recordações de quem andou pelo norte de Angola entre 1961 e 1963, José Neves, pseudónimo de militar que integrou e viveu toda a epopeia do Esquadrão de Cavalaria 149, conta-nos, em versos que nem sempre obedecerão a métricas e construções "clássicas" mas que se subordinam, isso sem dúvida, a emoções extremamente sentidas e tão verdadeiras que nos conseguem transmitir de forma quase cinematográfica, até pela inclusão de algumas fotografias da época, as suas vivências, e de todo o pessoal, e acompanhar todo um percurso cronológico que refere lugares, aqui ao acaso, tão referenciados como Cavunga, Zala, Lué, Quipedro, Quixico, Pedra Verde, Dange, Nambuanguo, ...

Tanta coisa que gostaríamos dizer sobre este livro, mas deixemos para a obrigatoriedade de o ler, não só para os que também por lá andaram, mas talvez principalmente para as novas gerações que têm que aprender e saber que toda a guerra é um absurdo, o descobri-lo em toda a sua dimensão humana e capacidade de lembrança/ensinamento.

Aqui, e esperemos que o autor nos perdoe esta escolha, preferimos a transcrição da dedicatória inicial, porque profunda e partilhada com um conjunto de sentimentos com e entre todos os antigos combatentes:



"aos, mortos, feridos e todos os elementos que fizeram parte do Esquadrão 149 e se bateram lado a lado durante 28 meses no Norte de Angola cimentando uma amizade na luta pela sobrevivência que fez todos irmãos.

a, todos os que combateram no exército português na guerra colonial.

a, minha mulher que era minha namorada e fez da minha guerra uma nuvem e da minha vida uma tempestade tranquila em céu limpo."

J.M.S

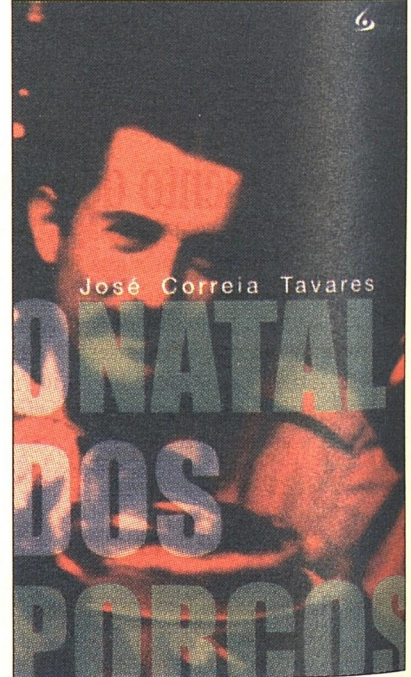
Natal dos Porcos

O título deste pequeno livro tem mesmo a ver com os propriamente ditos suínos. Relata em verso um episódio pitoresco acontecido por alturas do Natal de 1963 no Batalhão de Cavalaria 437, que na época tinha a sua base em Zala (Angola).

Para a festa da consoda foi decidido comprar quatro porcos em Luanda e toda a tropa ficou na expectativa da matança e de ter um Natal diferente. Mas quis o destino que as esperanças saíssem baldadas. Para começar, a coluna que fez o precioso transporte sofreu, a dada altura, uma emboscada e, na confusão, um dos recos resolveu passar-se para o inimigo.

Mesmo assim, três porquinhos bem gordinhos ainda davam uma boa festança. Porém, o desfecho final foi uma desilusão, pois, feita a matança no dia 22 de Dezembro, "...no dia vinte e quatro, / Por volta do meio dia, / Caíam mortas as aves / Com o cheiro que fazia".

E assim remata o autor: "Natal, silêncio de morte; / Inconcebível desgraça! / Que vamos nós consoar, / Lugar sem lojas nem praça? / Em Zala, desterro ao norte, / Praça não há, há é traça... / E nem mesmo atirador, / Na mira pondo rigor, / Traz um veado ou pacaça."



Como este, centenas de episódios pitorescos se passaram naqueles catorze anos de guerra nas matas africanas e que revelam bem o espírito de desenrascamento do pessoal que se valia de tudo para amenizar um pouco as privações sem conta, mesmo que, por vezes, o tiro lhes saísse pela culatra. JD

VISITE O NOSSO

MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

O resumo da legislação publicada nesta secção não dispensa a consulta dos diplomas

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Rendimento Social de Inserção

Portaria n.º 105/2004, de 26 de Janeiro

Define os montantes dos apoios especiais previstos nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, sendo "atribuídos por cada pessoa do agregado familiar do titular da prestação do RSI que se encontra em situação de dependência de 1.º ou 2.º grau em virtude de deficiência física ou mental profundas ou de doença crónica, bem como nas situações de dependência referidas no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro."

"1 - O montante do apoio especial é indexado aos valores legalmente estabelecidos para a pensão social e varia em função do grau de dependência nos seguintes termos:

a) Por cada pessoa em situação de depen-

dência de 1.º grau, 30% do valor da pensão social;

b) Por cada pessoa em situação de dependência de 2.º grau, 50% do valor da pensão social.

2 - O montante referido no número anterior acresce ao da prestação do rendimento social de inserção."

Portaria n.º 108/2004, de 27 de Janeiro

Approva o modelo de requerimento da prestação de rendimento social de inserção, instituído pela Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio.

Imposto Automóvel

Aviso n.º 910/2004, de 27 de Janeiro

Publica as tabelas I a IV do regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 143/78, de 12 de Junho.

Tabela I - Automóveis

Grupos	Automóveis			Imposto anual segundo o ano de matrícula do automóvel (em euros)		
	Combustível Utilizado		Movidos a electricidade Voltagem total	Posterior a 1995 1.º escalão	Entre 1990 e 1995 2.º escalão	Entre 1997 e 1999 3.º escalão
	Gasolina Cilindrada (centímetros cúbicos)	Outros produtos Cilindrada (centímetros cúbicos)				
A	Até 1000	Até 1500	Até 100	15,22	8,47	54,09
B	+ de 1000 até 1300	+ de 1500 até 2000	+ de 100	30,39	15,22	7,94
C	+ de 1300 até 1750	+ de 2000 até 3000		47,21	23,68	10,72
D	+ de 1750 até 2600	+ 3000		119,17	57,39	22,51
E	+ de 2600 até 3500			189,41	91,10	43,35
F	+ de 3500			335,49	155,12	64,63

Tabela II - Motociclos

Grupos	Automóveis Cilindrada (centímetros cúbicos)	Imposto anual segundo o ano de matrícula do motociclo (em euros)		
		Posterior a 1996 1.º escalão	Entre 1992 e 1996 2.º escalão	Entre 1987 e 1991 3.º escalão
H	Mais de 250 até 350	6,27	4,56	—
I	Mais de 350 até 500	15,22	8,47	5,09
J	Mais de 500 até 750	47,21	23,68	10,72
K	Mais de 750	95,53	46,13	22,51

O Tribunal dá-nos razão...

III - DIREITO APLICÁVEL

Impõe-se à Administração o dever, com consagração constitucional (art.º 268.º, n.º 3 da CRP) e na lei ordinária (art.ºs 1.º do DL n.º 256-A/77, de 27.6 e 124.º do C.P.A.), de fundamentação dos actos administrativos.

Visa-se, com esta obrigação, a defesa do interesse público, facilitar o controle da legalidade do acto de impugnação, nomeadamente por via contenciosa, e o controlo hierárquico dos actos dos subalternos.

"Fundamentar é enunciar explicitamente as razões ou motivos que conduziram o órgão administrativo à prática de determinado acto" - cf. Santos Botelho, Pires Esteves e Cândido Pinho, in Código do Procedimento Administrativo, 4.ª ed., nota 2 ao art.º 124.º.

É assente que juízos conclusivos, sem concretização no domínio dos factos que lhes serviu de base, são insuficientes para a fundamentação dos factos.

Este dever pode satisfazer-se, como vem sendo pacificamente aceite, pela mera concordância com os fundamentos de anteriores pareceres, casos em que estes passam a integrar o próprio acto.

Isto mesmo decorre do disposto no art.º 125.º, n.º 1 do C.P.A.

Ora, o acto Recorrido apropria-se da fundamentação contida na informação do Senhor Chefe de Serviço, bem como dos pareceres das Juntas Médicas de (...) e (...) (esta de revisão).

É nesta informação e pareceres que há-se ser encontrada, pois, a fundamentação do acto.

A Junta de revisão considerou "Teve febre reumática aos 11 e 18 anos e exerce a profissão de servente de pedreiro antes de ir para o ultramar. A valvulopatia reumática não foi provocada nem agravada pelo serviço militar pelo que se responde negativamente ao quesito por ser a evolução natural da doença".

Esta fundamentação é vaga, imprecisa e inconclusiva.

Vejam os.

Refere-se que o motivo da incapacidade corresponde a uma doença - valvulopatia reumática.

Pergunta-se:

Não foi, ao menos, agravada pelo serviço militar (e veja-se o parecer da Comissão Permanente para Informações e Pareceres da Direcção dos Serviços de Saúde que claramente estabelece que a doença foi agravada em consequência do serviço militar)

Não encontramos resposta no parecer.

A referência de que a doença não está directamente relacionada com o serviço militar é conclusiva, deixando um destinatário sem apreender porque é afastada a relação da doença com o serviço militar.

Quando tudo aponta para que ao menos o agravamento da doença seja contemporâneo da prestação do serviço militar em Angola, quando existem relatórios médicos e hospitalares a estabelecerem essa relação directa e causal, tornava-se necessário que, do ponto de vista da

fundamentação, se deixassem devidamente expressos os factos em que se baseou o parecer.

É evidente a falta de fundamentação, sendo certo que a mesma lhe era exigível, tanto mais que se tratava de Junta de revisão, efectuada a requerimento do interessado ao abrigo do artigo 119.º, n.º 1 do Estatuto da Aposentação por, naturalmente, discordar do parecer da anterior Junta.

É evidente que o juízo formulado pelas Juntas Médicas, envolve regras científicas, não podendo o tribunal emitir juízos sobre a matéria, havendo que atacar os pareceres médicos.

Contudo, a questão aqui não é de nos afastarmos dos pareceres médicos, mas sim de lhes exigir fundamentação.

Encontramos no exercício do poder discricionário da Administração e, como é o caso, na emissão de pareceres eminentemente técnicos ou científicos um momento vinculado de fixação dos factos, através do que será possível controlar judicialmente a exactidão dos pressupostos de facto.

Finalmente, no que se refere à informação do Senhor Chefe de Serviço.

Esta informação inicia-se com um relatório quanto à realização das Juntas Médicas, refere a pronúncia do Recorrente em sede de audiência prévia para opinar que nada trouxe de relevante para a apreciação do caso, concluindo pelo indeferimento do pedido.

Com o devido respeito, e no que se refere ao invocado desinteresse para a decisão dos aspectos referidos pelo interessado em sede de audiência

prévia, havia que analisá-los para, em seguida, se fosse caso disso, e fundamentadamente, se concluir pela sua (in)utilidade.

A verdade é que o Recorrente referiu alguns aspectos - assumindo aqui particular relevo a omissão de pronúncia das Juntas quanto à análise do eventual agravamento da doença - que não foram abordados na informação.

Não basta afirmar-se que o referido pelo interessado em sede de audiência prévia não tem interesse para a decisão, havendo que fundamentar essa conclusão.

Concluiu-se que os pareceres das Juntas Médicas e a informação em que se baseou a decisão recorrida (fazendo seus os fundamentos aí encontrados) padecem do vício de insuficiência de fundamentação a qual, por não permitir ao destinatário apreensão dos pressupostos de facto em que se baseou a decisão, equivale a falta de fundamentação - cf. artigo 125.º, n.º 2 do CPA.

Tal acarreta vício de forma e, em consequência, a anulação do despacho recorrido - cf. artigo 135.º da CPA.

IV - DECISÃO

Pelo exposto decide-se dar provimento ao recurso e, em consequência, anula-se o despacho de 26 de Dezembro de 2001 da Autoridade recorrida.

Nota: A presente sentença, proferida em recurso contencioso de anulação contra o Órgão Directivo da Caixa Geral de Aposentações, ainda não transitou em julgado.

Helena Afonso



TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

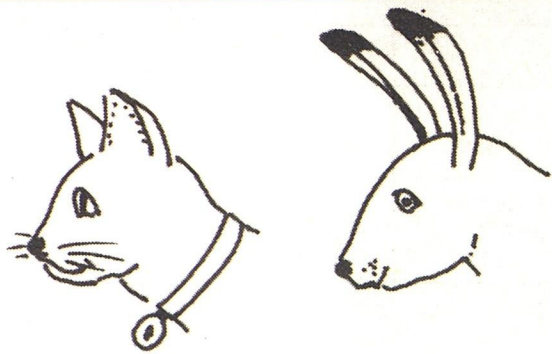
Fotocomposição / Offset / Montagem / Tipografia

TODO O TIPO
DE ARTES GRÁFICAS

Largo do Outeirinho da Amendoeira (ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 LISBOA

Telefs.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



NOMES CIENTÍFICOS:

FELIS LYBICA E LEPUS CAPENSIS

NOMES VULGARES:

GATO E LEBRE

SE NÃO OS DISTINGUE, NÃO JANTE FORA NEM SE INSCREVA EM CLUBES, PARTIDOS OU ASSOCIAÇÕES

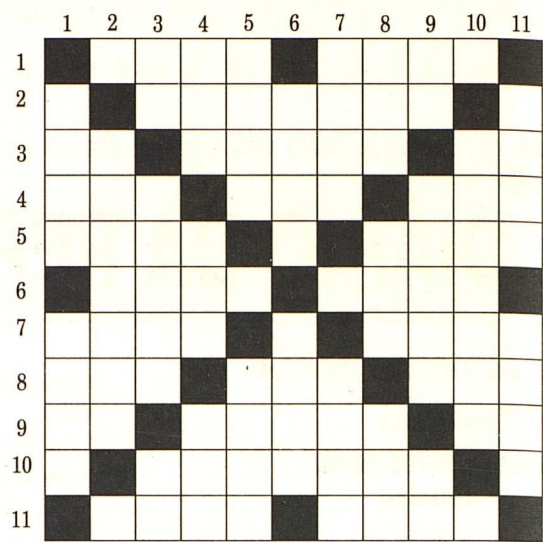
81

SOLUÇÕES HORIZONTAIS

1 - Papa; apor. 2 - Biberão. 3 - AC; bebês; fé. 4 - Ira; las; ara. 5 - Rira; abas. 6 - Após; anal. 7 - Anas; anda. 8 - Eco; psi; Aar. 9 - Ra; cacto; se. 10 - Chupeta. 11 - Duas; mais.

VERTICAIS

1 - Sair; aero. 2 - Criança. 3 - Ab; arpão; Cu. 4 - PIB; aos; chá. 5 - Abel; paus. 6 - Ebas; ISCP. 7 - Ares; item. 8 - Pás; Ana; Ota. 9 - Ô; abana. at. 10 - Faldas. 11 - Meas; área.



HORIZONTAIS

1 - Ir para fora; prefixo de ar. 2 - Muito jovem. 3 - Adverbo latino; instrumento de pesca; cobre (s.q.). 4 - Produto Interno Bruto; aqueles; infusão. 5 - Nome de homem; estacas. 6 - Conhece (inv.); Instituto Superior de Ciências Políticas. 7 - Clima; idem. 8 - Utensílios; Nome de mulher; Base aérea. 9 - Sono das crianças; agita; grito de dor. 10 - Panos para bebês. 11 - Médias; superfície.

VERTICAIS

1 - Comida de bebê; sobrepor. 2 - Garrafa para crianças. 3 - Antes de Cristo; crianças pequenas; confiança. 4 - Raiva; pelos de certos animais; altar. 5 - Sorrirá; orlas. 6 - Depois; relativo ao ânus. 7 - Mulheres pequenas; desloca-se. 8 - Ressonância; letra grega; rio da Suíça. 9 - Batráquio; planta espinhososa; catedral. 10 - Chucha. 11 - Par; ainda.

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN

MODELO	P. BASE	P.V.P
LUPO		
1.0 Conceptine 50Cav	8.507,67	12.352,83
1.4 Highline 75 Cav Cx Automatica	12.114,84	19.167,97
1.2 TDI 3 Lts. 61 Cav	11.672,81	16.941,82
1.4 TDI 3 Lts. 75 Cav Conceptine	10.771,91	17.900,79
POLO		
1.2 Conceptine 65 Cav 3P Ac	10.856,27	15.989,76
1.2 Conceptine 65 Cav 5P Ac	11.105,58	16.286,44
1.4 Highline 75 Cav 3P	12.537,68	19.671,14
1.4 Highline 75 Cav 5P	12.916,36	20.121,77
1.4 TDI Confortline 75 Cav 3P Ac	13.966,08	21.701,85
1.4 TDI Confortline 75 Cav 5P Ac	14.125,24	21.891,25
1.9 TDI Sport 100 Cav 3P	16.714,32	29.873,94
GOLF		
1.4 Trendline 3P 75 Cav	13.056,63	20.479,09
1.4 Trendline 5P 75 Cav	13.387,54	20.908,57
1.6 Sport	19.079,29	29.797,01
1.6 Sport Cx Tiptronic	20.456,65	31.436,06
1.9 TDI 105 Cav Trendline Pak 3P	16.645,50	29.982,44
1.9 TDI 105 Cav Trendline Pak 5P	17.110,03	30.535,23
1.9 TDI 105 Cav Cx 6V Trend Pak 5P	17.174,97	30.612,51
1.9 TDI 105 Cav Trend Pak Automatico	18.551,08	32.250,08
GOLF A 5		
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx 6 V 3P	19.302,82	33.889,21
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx 6 V 5P	19.767,35	34.442,00
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx Automatica 5P	21.145,94	36.082,53
GOLF VARIANTE		
1.4 Confortline JE/AC 75 Cav	16.029,16	24.016,39
1.9 TDI Confortline A/C 100 Cav	16.812,79	30.181,52
1.9 TDI Confortline A/C 100 Cav Tiptronic	17.309,97	30.773,16
1.9 TDI Sport Pacific 130 Cav Cx 6V	18.634,15	32.348,94
1.9 TDI Sport Pacific 130 Cav Tiptronic	20.796,98	34.922,70
PASSAT		
1.6 Confortline 102 Cav	19.204,23	30.033,66
1.9 TDI 100 Cav Confortline	19.769,93	33.819,51
1.9 TDI 130 Cav Confortline Plus 03	22.195,03	36.705,38
1.9 TDI 130 Cav Conf Plus Tiptronic	23.727,27	38.528,75
2.0 TDI 136 Sportline	27.178,88	43.380,72
PASSAT VARIANT		
1.9 TDI 100 Cav Confortline	21.004,96	35.289,20
1.9 TDI 130 Cav Confortlin Plus	23.430,07	38.175,08
1.9 TDI 130 Cav Confortline Plus Tiptronic	24.963,56	39.999,93
2.0 TDI 136 Cav Sportline	28.717,36	45.211,52
BORA		
1.4 75 Cav Confortline	16.501,04	24.577,94
1.9 TDI 100 Cav Confortline	18.499,07	32.188,19
1.9 TDI 100 Cav Tiptronic	19.888,97	33.842,17
1.9 TDI 130 Cav Highline Cax 6V	21.016,60	35.184,05
1.9 TDI 130 Cav Tiptronic	22.115,50	36.495,31
TOURAN 5 LUGARES		
1.9 TDI 100 Cav Trendline	20.446,46	34.564,13
2.0 TDI 136 Cav Tendline	21.697,51	36.797,44
2.0 TDI 136 Cav 7 Lugares	22.416,29	36.908,23

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat. Estas informações/vendas são tratadas através de Alberto Pinto, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 26 40, 21 751 26 00, 21 751 26 02 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 50 16 ou 91 618 65 40.

VENDA DE AUTOMÓVEIS

AUDI

MODELO	P. BASE	P.V.P
AUDI A2		
1.4 75 CV Attraction	14.372,53	21.973,61
1.4 TDI 75 CV Attraction	15.344,87	23.461,61
1.2 TDI 61 CV Attraction	18.102,81	24.701,57
1.4 TDI 90 CV Advance	18.719,66	27.477,61
AUDI A 3 GASOLINA		
1.6 ATT 3 P	18.429,67	29.056,00
1.6 Sport 3	20.779,22	31.777,00
2.0 Attraction 150 Cav 3 P	21.210,57	36.312,99
2.0 Sport 150 Cav 3 P	23.497,13	39.034,00
2.0 TDI Attraction 140 Cav 3 P	20.652,14	35.483,00
2.0 TDI Sport 140 Cav 3 P	22.938,69	38.204,00
1.9 TDI Ambiente 105 Cav 3 P	19.952,61	33.906,00
1.9 Sport 105 Cav 3 P	22.239,16	36.627,00
AUDI A4 GASOLINA		
1.6 102 Cav	22.329,65	33.622,01
1.8 163 Cav	26.657,84	40.696,00
AUDI A4 GASOLEO		
1.9 TDI 130 Cav cx 6	24.872,78	39.761,01
1.9 TDI 100 Cav	23.119,84	37.675,01
2.5 TDI 163 Cav	29.408,36	51.363,01
2.5 TDI V6 quattro 180 Cav	31.831,01	54.246,01
AUDI A4 AVAN GASOLINA		
1.6 102 Cav	23.506,96	35.023,01
1.8 163 Cav	27.835,16	42.097,01
AUDI A4 AVAN GASOLEO		
1.9 TDI 130 Cav Cx 6	26.050,09	41.162,00
1.9 TDI 100 Cav	24.297,15	39.096,01
2.5 TDI 163 Cav	30.585,67	52.764,01
2.5 TDI V6 quattro 180 Cav	33.008,36	55.647,01
AUDI A6 GASOLINA		
1.8 T 150 Cav	31.484,73	46.559,00
2.4 170 Cav	33.063,09	54.766,00
AUDI A 6 GASOLEO		
1.9 TDI 130 Cav	31.935,80	48.285,00
2.5 TDI 163 Cav	33.973,07	56.914,01
2.5 TDI quatro 180cav	37.758,78	61.419,01
2.5 TDI Tiptronic	36.236,91	60.674,01
AUDI A6 AVANT GASOLINA		
1.8 150 Cav	33.152,80	48.554,00
2.4 170 Cav	34.732,00	56.752,00
AUDI A 6 AVANT GASOLEO		
1.9 TDI 130 Cav	33.604,71	50.271,00
2.5 TDI 163 Cav	35.683,15	58.949,01
AUDI ALLROAD QUATTRO		
2.5 TDI ALLROAD 180Cav	43.248,70	67.952,01
2.7 T 250 CV	50.155,45	77.642,00
OPEL		
MODELO	P. BASE	P.V.P
AGILA		
1.0 12V 3P ESSENTA	7.310,72	10.951,83
1.2 16 V 5P ENJOY	7.797,21	12.408,58
1.3 CDTI ENJOY 5 P	9.049,38	14.112,66

VENDA DE AUTOMÓVEIS

CORSA

1.0 3P 12V ESSENTIA	8.940,87	12.891,83
1.0 5P 12V ESSENTIA	9.235,09	13.241,83
1.2 3P 16V ENJOY	9.309,81	14.208,58
1.2 5P 16V ENJOY	9.603,93	14.558,58
1.4 3P 16V SPORT	12.143,83	18.988,33
1.3 3P CDTI ESSENTIA	10.898,12	16.312,66
1.3 5P CDTI ESSENTIA	11.192,23	16.662,65
1.3 3P CDTI ENJOY	11.486,35	17.012,66
1.3 5P CDTI ENJOY	11.780,47	17.362,66
1.7 3P CDTI SPORT	13.097,87	23.453,47

ASTRA

1.4 4P SELECTION	12.813,18	20.043,38
1.4 5P SELECTION	12.624,10	19.818,38
1.7 DTI 4P SELECTION	13.749,13	24.228,47
1.7 DTI 5P SELECTION	13.576,86	24.023,47
1.7 DTI 3P SPORT	14.442,40	25.053,46
1.7 DTI 5P SPORT	14.908,79	25.608,47
2.0 DTI 5P SPORT	14.935,77	28.835,97
2.0 DTI 4P AUTOMATIC	13.776,11	27.455,98

ASTRA CARAVAN

1.2 SELECTION	12.835,02	18.403,58
1.4 SELECTION	13.203,94	20.508,39
1.4 SPORT	14.535,87	22.093,39
1.7 DTI SELECTION	14.139,88	24.693,46
1.7 DTI SPORT	15.471,82	26.278,87
2.0 DTI SPORT	15.498,80	29.505,98
2.0 DTI AUTOMATIC	14.166,87	27.920,98

MARIVA

1.6 ENJOY	11.486,28	20.625,66
1.7 CDTI ENJOY	13.173,50	23.543,47
1.7 CDTI COSMO	13.551,65	23.993,47

ZAFIRA

1.6 7 LUGARES ELEGN	16.494,69	26.585,67
2.0 DTI MONOVOLUME	16.776,11	31.025,98
2.0 DTI 7 LUGARES EL	17.977,79	32.455,98
2.2 DTI ELEGANCE	17.948,74	34.251,78

VECTRA

1.6 CONFORT 4P	16.133,34	26.155,66
1.8 GTS 5P	18.622,85	31.165,62
2.0 DTI CONFORT 4P	16.683,67	30.915,97
2.2 DTI ELEGANCE	18.074,79	34.401,78

VECTRA CARAVAN

1.8 ELEGANCE	18.975,79	31.585,72
2.0 COMFORT	17.734,09	32.165,97
2.2 ELEGANCE	19.125,21	35.651,78
3.0 ELEGANCE	22.684,68	48.026,00

SIGNUM

1.8 5 PORTAS	20.400,16	33.280,72
2.2 5P DTR 125 CAV	20.553,79	37.351,79
3.0 5P DT 177 CAV	24.109,05	49.721,00

Benefícios para associados

Protocolos

A ADFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (exceto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meá), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensivo à Portoclinica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luis Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

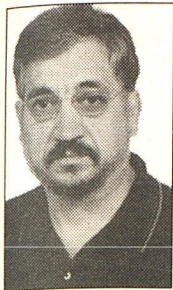
A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra.

Opinião

O rio, indiferente, corre sereno e livre



José Maia

As eleições o mostraram. As ausências de uns!
De outros, a cobardia vingada no boletim de voto amarfanhado em maldade inundado de suor de ódio empurrado com o

olhar cego para a urna. Força bruta, própria de quem sabe que não presta. Afundam-se aos pedaços. O império desfazendo-se, arrastando para o fundo o que resta de grandezas inventadas no passado.
E a vida por aqui voltou a ser praça forte, com subúrbio no interior, de muralhas cada vez mais desviadas, para os caminhos de Abril. Do nosso Abril!... Cada vez mais longe do lamaçal imundo, rejeitando o pântano podre e a identidade de condomínio fechado, afastando a porcaria para a sarjeta, e ao mesmo tempo acolhendo o que verdadeiramente lhe pertence. E não

aparecem. Os que o fazem enterram neles pela pressa de mal fazer, os punhais envenenados e prostram-se no seu ruminar decadente, tapando a vergonha, cansados de malfeitorias, carregados de moléstias e osteoporose, mergulham nas águas negras e fétidas dos esgotos de onde pomposamente se elevam.
E aqui a vida recomeça acolhedora, indiferente a provocações, disfarçando a náusea, atendem-se os que merecem e têm direito, ignorando-se pedaços de carne com pernas. E tranquilo, o rio sereno, correndo livremente!

Opinião

A Terra em miniatura

Não será propriamente um artigo de opinião, embora muitas possam ser as opiniões que se poderão dar sobre ele. Mas não resisto, num Mundo em que a superficialidade, o comodismo, o olhar para o lado, o egoísmo, etc., etc., etc. dominam a nossa sociedade e as relações humanas, para além, evidentemente, da extrema violência a que assistimos e acedemos, graças a meios de comunicação que, quantas vezes apenas por números de audiência, a exploram ao máximo, não resisto, escrevia, a transcrever a mensagem que me chegou via internet, e enviada por pessoa amiga a quem agradeço, reduzindo à sua verdadeira dimensão civilizacional, esse mesmo Mundo, tornado, segundo alguns, numa "pequena aldeia global". Pensemos então nele com apenas uma centena de habitantes...

"Se pudéssemos reduzir a população da Terra a uma pequena aldeia de exactamente 100 habitantes, mantendo as proporções existentes actualmente, seria algo assim:

- haveria 57 asiáticos, 21 europeus, 4 pessoas do hemisfério oeste (norte e sul) e 8 africanos;

- 52 seriam do sexo feminino e 48 do masculino, sendo 89 heterossexuais e 11 homossexuais confessos;

- 30 seriam brancos e, portanto, 70 não brancos; 70 seriam não cristãos e apenas 30 o seriam, nas suas diversas igrejas;

- 6 pessoas deteriam 59% da riqueza de toda a aldeia e esses 6 (isso mesmo, 6 em 6!), seriam norte-americanos, sendo dos restantes 94, 80 viveram em condições sub-humanas;

- 70 não saberiam ler, 50 sofreriam de desnutrição, 1 pessoa estaria a morrer e 1 bebé prestes a nascer (sendo claro, e acrescento eu, que tanto num caso como noutra, a probabilidade de pertencerem à zona de miséria da aldeia seria muito próximo dos 100%...);

- só 1 pessoa possuiria computador e só 1 teria formação universitária (aposto que seria a mesma...).

Ao analisar o nosso mundo (a nossa "civilização"...), desta perspectiva tão reduzida, é quando se torna premente a necessidade de aceitação, entendimento e educação.

Agora pense...:

- se você se levantou esta manhã com mais saúde do que doenças, então tem mais sorte que os milhões de pessoas que não sobreviverão a esta semana;

- se nunca experimentou os perigos (horrores, diríamos nós) da guerra, a solidão de estar preso, a agonia de ser torturado ou a aflição da fome, então está melhor do que 500 milhões de pessoas;

- se pode ir à sua igreja sem ter medo de ser humilhado, preso, torturado ou mesmo morto... então é mais afortunado do que 3000 milhões (isso, 3.000.000.000!) de pessoas no mundo;

- se tem comida no frigorífico, roupa no armário, um tecto sobre a sua cabeça e um lugar onde dormir, então é mais rico do que 75% da população mundial;

- se guarda dinheiro no banco ou na carteira e tem algumas moedas num cofre...

já está entre os 8% (!!) mais ricos deste planeta;

- se os seus Pais ainda estão vivos e juntos... é uma pessoa muito rara.

Se por acaso leu esta mensagem, acaba de receber uma dupla benção: alguém estava a pensar em si e, ainda por cima, tem melhor sorte que mais de 2000 milhões (2.000.000.000) de pessoas que neste mundo não sabem, sequer, ler!"

Poderia ficar-me por aqui, para que cada um pensasse um pouco no que acabou de ler. Mas prefiro

aproveitar para lembrar, em época

de declaração de

IRS, que cada

cidadão contribuinte pode dispor (consignar)

- Lei 16/2001, de

22 de Junho - de

0,5% do valor do

imposto a liquidar, a

favor de uma instituição de apoio

social e humanitário, como seja, por

exemplo, a tão nossa



AMI - Assistência Médica Internacional (e aqui a nossa auto-estima sorri!). Basta, no Anexo H, quadro 9, campo 902, indicar a denominação e o NIPC da entidade a favor de quem quer fazer reverter tal valor (no caso da AMI o NIPC é 502744910). E já agora visite www.fundacao-ami.org.

José Manuel Sande

A questão não invalida, todavia, o reconhecimento devido à dedicação, eficiência e qualidades humanas do pessoal da ADME. Basta referir, no meu caso concreto, que ali encontrei sempre ajuda e esclarecimento para os graves problemas de quem, sendo deficiente idoso, tem familiares, dependentes, doentes. O acolhimento personalizado, a atenção às dúvidas suscitadas e a amabilidade são, inegavelmente, apanágio e timbre de quem, devotadamente, ali labora competente e arduamente, quantas vezes com a incompreensão dos utentes... Nunca deixei de ser atendido de forma afável e até carinhosa. Pela minha parte, à ADME devo um enorme e comovido agradecimento.

António Santa-Rita
(sócio n.º 13791)

PONTO DE ENCONTRO

"No reencontro periódico de ex-combatentes, a par do forte sentimento/memória que os une em torno de um período marcante das suas vidas, e certamente da dos seus próximos, a reafirmação de uma solidariedade que ainda é a força de uma geração".

MARÇO

Companhia de Caçadores 3498

(Moçambique)
Realiza-se no dia 13 de Março o encontro, em Lordelo, no "Restaurante Céu".

A concentração será às 09,30 horas, no largo do jardim de Lordelo. Para mais informações podem contactar:

António N. Coelho: tlf. 224 441 006; Manuel C. Soares: tlf. 255 942 943 ou ainda José Luís Bacelo: tlf. 227 340 673

Batalhão 442 - "Furões da Selva"

Dia 13 de Março, realiza-se a reunião que terá lugar em Sintra.
Contactem o Helder.

ABRIL

Companhia de Caçadores 2655

- "Dianas Negros"

(Angola/Cabinda 1970-1972)
O convívio realiza-se no dia 3 de Abril, em Folgoso (Gouveia), estando a organização do mesmo a cargo do Cantarinha. Para mais informações podem contactar:

Raul Pinheiro - 96 603 49 40,
Vasconcelos - 91 923 99 56
ou utilizem dianas.negros@clix.pt

Batalhão de Artilharia 6321

(Angola)
Realiza-se no dia 3 de Abril o convívio, no restaurante "Páteo Alentejano", em Évora. Para mais informações podem contactar para:
Email: bart6321@iol.pt

Companhia de Artilharia 2384

(Guiné)
No dia 3 DE Abril realiza-se o almoço/convívio, em Aveiro.
Para mais informações contactar:
tm. 919 077 405

Batalhão de Cavalaria 8321 - 2ª C.Cav.

(Angola 1973-1974)
O almoço de Confraternização realiza-se dia no dia 3 de Abril.
Para mais informações podem contactar:
tm. 918 911 054 ou tm. 962 550 628

Grupo de Transmissões de Moçambique

(Moçambique 1970-1975)
No dia 24 de Abril realiza-se o almoço/convívio, em VISEU, e estará a cargo de Abílio Pereira Melo e José Figueiredo.
Para mais informações contactar:
Luís Filipe Silva: tm. 969 746 596
Email: luis.silva@transmissoes.org

Batalhão de Artilharia 1869 - "Os Galos"

CCS/CArt 1467/1468/1469 - (Angola 1965-1968)
Realiza-se no dia 24 de Abril o 26º convívio, em Paços de Brandão. A organização do evento está a cargo do Artilheiro Manuel Teixeira.
Para mais informações contactar:
tlf. 252 996 137 - tm. 966 088 325

Batalhão de Cavalaria 350 (Angola)

Informam-se todos os interessados que em Abril se realiza um convívio comemorativo do regresso de Angola há 40 anos.
Para mais informações contactar:
tlf. 243 799 104 - tm. 918 107 629

(aconselham-se os ex-combatentes a consultar o seguinte, e excelente, sítio na internet, www.geocities.com/guerracolonial/, com esta e muita outra informação incluída)

Escrevem os Sócios

ADME

A crítica à ADME, sem outra referência, leva ao desconhecimento, ou olvido, de uma importantíssima actividade social conseguida com o duro labor de quantos trabalham na mesma.

Desde o início do alargamento, legal e justíssimo, da ADME aos Deficientes das Forças Armadas, faltou o suporte financeiro. Já se considera normal esta situação, isto é,

determinado diploma exigir verbas nem sempre disponíveis, por motivos vários, quando a lei vigora.

Não se deve esquecer que a ADME depende da DASP, da logística para resumir, que a Administração Militar ainda não tem, salvo erro, um único tenente-general, e que a chamada Intendência Militar padece de sérias lacunas estruturais e orgânicas.

Desporto

Portugal "O" Meeting 2004

Conforme foi informado no ELO de Fevereiro, realizou-se nos campos do Alentejo, (Évora - Monsaraz), no período do Carnaval, o Portugal "O" Meeting 2004, em organização da secção de orientação da delegação da ADFA de Évora.

O campeonato contou com a presença de cerca de 900 atletas, de 14 países, pontificando entre aqueles quatro campeões mundiais. Portugal, com 5 centenas de atletas, contou, também e sempre, com honrosa participação da ADFA.

...para deficientes

3.º campeonato do mundo de pista coberta (INAS-FID)

Decorreram em 28 e 29 de Fevereiro, em Budapeste, Hungria, os campeonatos de pista coberta (INAS-FID) para atletas com deficiência intelectual, nos quais Portugal, com a selecção nacional da ANDDEM, se fez representar por 16 atletas (acompanhados de 6 técnicos/dirigentes), num universo de 170 participantes oriundos de 16 países.

Nauticdiver vai estar presente na FIL

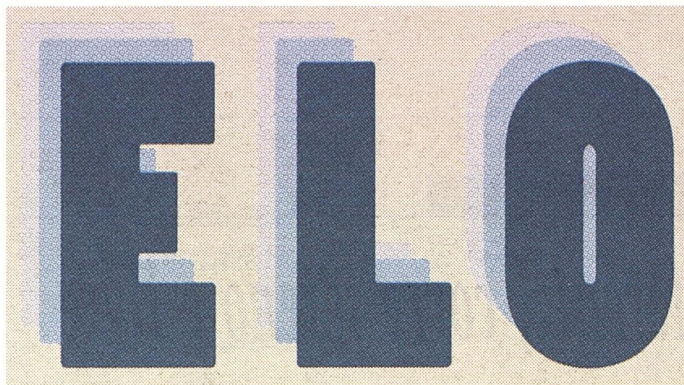
A escola de mergulho Nauticdiver, Lda - Navegação de Recreio, vai estar presente pelo segundo ano na Nauticampo na FIL, Parque das Nações, a acontecer de 28 de Fevereiro a 7 de Março.

Sendo a única escola a ministrar cursos de mergulho para deficientes, a Nauticdiver tem à disposição dos visitantes um tanque aí especialmente colocado para se efectuarem, gratuitamente, baptismos de mergulho.

PONTO DE ENCONTRO

"No reencontro periódico de ex-combatentes, a par do forte sentimento/memória que os une em torno de um período marcante das suas vidas, e certamente da dos seus próximos, a reafirmação de uma solidariedade que ainda é a força de uma geração".

**(Ex-) COMBATENTE,
REENCONTRA-TE
NA PÁG 15 COM OS TEUS
ANTIGOS CAMARADAS
E INFORMA-NOS
DE PRÓXIMOS
"PONTOS DE ENCONTRO"**



Director: Sérgio Azougado
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: <http://www.adfa-portugal.com>



Comemorações do 30º aniversário

Contando com a honrosa presença de Sua Excelência o Presidente da República na sessão solene de 14 de Maio, irão decorrer outras actividades de cariz nacional, que decorrerão em Lisboa e de cujo programa já podemos evidenciar as seguintes acções:

- sessão solene que decorrerá na Sede Nacional, pelas 11 horas, no dia 14 de Maio, com a presidência do Chefe de Estado e a presença de outras altas individualidades civis e militares, para a qual se apela também à presença dos associados;
- realização de um grande encontro associativo no dia 15, que será constituído por almoço-convívio com actividades culturais e que decorrerá na área de Lisboa (em local e com preço ainda a informar);
- elaboração de uma revista relativa aos 30 anos de vida da ADFA, evidenciada sobretudo por informação fotográfica;
- criação de um logotipo alusivo, o qual, já mostrado na primeira página do ELO de Fevereiro, está já a ser utilizado, em selo autocolante, na correspondência, tendo servido de base à feitura de um painel para o edifício Sede, estando ainda pensado para bolsas do selo automóvel;
- elaboração de um desdobrável histórico comemorativo da efeméride;
- cunhagem de medalha comemorativa.

Apela-se às delegações que façam deste 30º aniversário, designadamente do almoço-convívio do dia 15, um fortíssimo momento de afirmação da nossa vida associativa, sem prejuízo das desejadas comemorações a promover por todas elas durante todo o corrente ano.

Entretanto, e uma vez que o ponto específico da Ordem de Trabalhos do Conselho Nacional de 29 de Março de 2003, relativo às comemorações do 30º aniversário, não chegou a ser discutido, a Direcção Nacional levou o programa, que ali iria ser proposto, à reunião que se efectuou com todas as Delegações, no passado dia 24 de Janeiro, tendo-se então tomado algumas decisões, agora a serem apresentadas, para ratificação, ao CN do próximo dia 27 de Março, entre as quais se destaca:

- constituição de uma Comissão Executiva nacional, composta pelos presidente, 1º e 2º secretários da Direcção Nacional e os presidentes das Direcções das Delegações de Famalicão, Coimbra, Lisboa e Évora, sendo que estas, além de cooperarem com as actividades de âmbito nacional, não só promoverão a dinamização dos associados das suas áreas respectivas como também colaborarão com as acções regionais das restantes delegações, numa relação a saber:

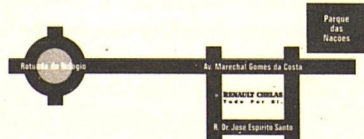
- Famalicão » Bragança e Porto;
- Coimbra » Viseu e Castelo Branco;
- Lisboa » colabora com a Direcção Nacional nas acções de cariz nacional, a qual, por sua vez, dinamizará o processo nas regiões autónomas;
- Évora » Setúbal e Faro.



RENAULT



- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
 - ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
 - ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
 - ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
 - ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.
- Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS
Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA